

**MESA DA ASSEMBLÉIA**

Presidente - José Ferraz - **PTB**  
1º-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**  
2º-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**  
3º-Vice-Presidente - Rêmolo Aloise - **PMDB**  
1º-Secretário - Elmo Braz - **PP**  
2º-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**  
3º-Secretário - Bené Guedes - **PDT**  
4º-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**  
5º-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

---

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
    - 1.1- [Reunião Ordinária](#)
    - 1.2- [Encerramento do Ciclo de Debates Eleições 94](#)
    - 1.3- [300ª Reunião Extraordinária](#)
    - 1.4- [301ª Reunião Extraordinária](#)
  - 2- [ORDENS DO DIA](#)
    - 2.1- [Plenário](#)
    - 2.2- [Comissão](#)
  - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
    - 3.1- Plenário
    - 3.2- [Comissões](#)
  - 4- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
  - 5- [ERRATA](#)
- 

**ATAS**

-----

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1994**

Presidência da Deputada Maria Olívia

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO** - Falta de "quorum".

**COMPARECIMENTO**

- Às 9h16min, comparecem os Deputados:  
Agostinho Patrus - Maria Olívia.

Falta de "Quorum"

**A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia)** - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de segunda-feira, dia 5, às 20 horas.

---

**ATA DO ENCERRAMENTO DO CICLO DE DEBATES ELEIÇÕES 94, TRANSCORRIDO DURANTE A 575ª  
REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 24 DE AGOSTO DE 1994**

Presidência dos Deputados José Ferraz e  
Adelmo Carneiro Leão

**SUMÁRIO:** Destinação da reunião - Designação de comissão - Composição da Mesa -

Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão e do candidato da Frente Minas Popular - Registro de presença - Designação do coordenador - Palavras do coordenador - Debates - Palavras do Sr. Presidente.

#### Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz)** - Destina-se esta parte da reunião a receber o Deputado Antônio Carlos Pereira, candidato ao Governo do Estado pela coligação Frente Minas Popular formada pelos seguintes partidos: PT, PC do B, PPS, PSB, PSTU, PCB e PV -, em prosseguimento ao Ciclo de Debates Eleições 94, promovido por esta Assembléia e pelo Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais - CEPO.

#### Designação de Comissão

**O Sr. Presidente** - A Presidência designa os Deputados Roberto Carvalho, Maria José Hau Eisen e Antônio Pinheiro para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário o Deputado Antônio Carlos Pereira, candidato a Governador do Estado, e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

#### Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Antônio Carlos Pereira, candidato ao Governo de Minas pela coligação Frente Minas Popular; Deputado Raul Messias, candidato a Vice-Governador; jornalistas Roberto Melo, Subeditor de Política do jornal "Estado de Minas", coordenador dos debates, e Eliseu Lopes, representante do CEPO; Deputados Adelmo Carneiro Leão, Líder do PT na Assembléia; Roberto Carvalho, 2º-Secretário da Assembléia Legislativa; Sr. Patrus Ananias, Prefeito desta Capital; Vereador Virgílio Guimarães e Sra. Jô Moraes, candidatos ao Senado Federal.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão, Líder do PT nesta Casa.

#### Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Exmos. Srs. Deputado José Ferraz, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Antônio Carlos Pereira, Carlão, candidato ao Governo de Minas pela coligação Frente Minas Popular; meu caro amigo Deputado Raul Messias, candidato a Vice-Governador pela Frente Minas Popular; companheiro, amigo, Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Patrus Ananias; jornalistas Eliseu Lopes, representante do CEPO, e Roberto Melo, coordenador dos debates; amigo Deputado Roberto Carvalho, 2º-Secretário desta Assembléia Legislativa; amiga socióloga Jô Moraes, candidata ao Senado da República pela Frente Minas Popular; senhores, senhoras, companheiros, companheiras, estamos vivendo um momento decisivo da história do Brasil.

Estamos vivendo um momento em que cada um tem, diante de si, colocada a seguinte questão: o que queremos para este País, para este Estado? Queremos continuar como temos vivido até o presente momento, em termos de sociedade brasileira e mineira? Queremos que, neste País, neste Estado, prevaleça a política do clientelismo, do "é dando que se recebe", dos favores pessoais, da corrupção que serve a poucos e deixa a imensa maioria de brasileiros na situação em que se encontra, de sofrimento, de miséria, de educação de péssima qualidade, de saúde insuficiente? Ou, diante da questão que se nos coloca - o que queremos para esta Nação e para o Estado de Minas Gerais -, a resposta será: queremos transformações radicais, transformações profundas, necessárias para construir uma Nação de justiça, de dignidade, de respeito a todos e, de modo especial, à classe trabalhadora?

Se a resposta que aceitamos é a última, está também colocado diante de todos nós o desafio de nos unir, de trabalhar, e muito, para poder eleger aqueles que têm compromisso com esse projeto político, ou seja, com o projeto das transformações sociais, da justiça, da ética na política. Portanto, se a resposta que queremos é essa, temos o compromisso, de não fazer a política das elites dominantes, em que as pessoas são compradas, em que impera o poder econômico, em que se aliam uma elite que tem sob o seu controle os meios de produção e uma parcela significativa dos meios de comunicação. Além disso, as elites dominantes têm também como aliada uma parcela importante daqueles que chamamos os componentes da justiça que tentam hoje nos calar para impedir que denunciemos, perante o Estado de Minas Gerais, o que é a realidade de determinados políticos - dos quais nem se pode mais mostrar o retrato -, para que se possa fazer recordar ao povo mineiro o que eles representam.

Se quisermos transformar este País, temos o compromisso de colocar todo o nosso tempo, trabalho e toda a nossa competência a serviço dessas transformações a fim de eleger quem tem compromisso com esse projeto político, a fim de eleger Lula, para a Presidência da República, Virgílio Guimarães e Jô Moraes para o Senado, pessoas comprometidas com as transformações sociais, a fim de eleger uma bancada forte na Assembléia Legislativa para que ela não fique cativa do Governo, mas seja um Poder que defende os interesses da sociedade. Precisamos eleger um Congresso Nacional comprometido com as transformações que queremos e, fundamentalmente, eleger Governador, em Minas Gerais, o nosso companheiro e amigo Deputado Antônio Carlos Pereira, que tem uma história de luta ao lado dos trabalhadores, da justiça e da ética e que, agora, falará aos presentes. Muito obrigado.

## Palavras do Candidato da Frente Minas Popular

**O Sr. Presidente** - A Presidência passará, neste momento, a palavra ao nosso ilustre convidado, Deputado Antônio Carlos Pereira, que disporá de 30 minutos para sua exposição. Antes, porém, informa ao Plenário que, após as palavras do candidato, todos os presentes poderão formular perguntas, oralmente ou por escrito. Com a palavra, o ilustre convidado, Deputado Antônio Carlos Pereira.

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado José Ferraz; ilustre companheiro e amigo Patrus Ananias, Prefeito de Belo Horizonte; Deputado Raul Messias, que comigo compartilha essa difícil, mas extremamente gratificante tarefa de responder a questão e de representar a Frente Minas Popular neste momento; ilustres jornalistas Eliseu Lopes, representante do CEPO, e Roberto Melo, coordenador dos debates; companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão, Líder da bancada de nosso Partido, o PT, nesta Assembléia; companheiro Deputado Roberto Carvalho, 2º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; companheiro Virgílio Guimarães, nosso candidato ao Senado pela Frente Minas Popular, juntamente com a nossa companheira Jô Moraes, que também aqui se faz representar; Deputadas e Deputados; companheiras e companheiros; jornalistas presentes; quero iniciar ressaltando a importância do debate, a iniciativa da Assembléia em promovê-lo e o patrocínio do CEPO.

É importante haver espaços e momentos como esse para que possamos confrontar projetos, apresentar alternativas e nos submeter a um embate democrático de idéias e propostas que possam fazer frente às enormes e monumentais dificuldades que encontramos hoje. Ao mesmo tempo que os saúdo, quero aproveitar para lamentar que espaços como esse não possam ser - infelizmente, não o foram até agora - compartilhados por todos os candidatos. Num debate democrático - em que temos a possibilidade de estabelecer um confronto de idéias - é extremamente ruim que algumas forças que se apresentam e tentam-se credenciar, neste momento, para governar Minas não se exponham ao confronto.

Em segundo lugar, acredito ser necessário que nós tenhamos em mente, ao discutir projetos e alternativas para Minas Gerais, que é absolutamente impossível pensar num projeto específico olhando exclusivamente para dentro das fronteiras do Estado. É beirar as raias da demagogia e da enganação pensar Minas deslocada do Brasil, desvinculada de um projeto nacional, a partir daquele que deve ser o objetivo de todos nós, que é fazer, realizar, conseguir e obter as transformações necessárias para que a vida de todos os brasileiros melhore.

Venho na condição de quem representa um projeto que é voltado, sim, para aquilo que há de particular e específico no nosso Estado; que é construído, sim, a partir da experiência da luta popular, sindical, de movimentos inúmeros que, ao longo dos últimos anos, vêm-se apresentando como sujeito do processo social e político deste Estado. Quero destacar e discutir que é um projeto, acima de tudo, com os olhos voltados para o Brasil, que mira ao Brasil, que aposta na possibilidade de transformação do País, sabendo que Minas tem responsabilidade e, mais do que isso, condições de contribuir para essas transformações.

Vou tentar - mesmo porque o formato deste debate o solicita - colocar em linhas gerais os pontos, os princípios e as diretrizes que norteiam o nosso projeto de governo. Quero dizer que, inicialmente, qualquer projeto de governo, hoje, tem que ter capacidade de enfrentar situações emergenciais, nas quais vivem milhões de pessoas neste Estado e neste País. Se é verdade que podemos, devemos e temos condições de realizar as políticas e as transformações necessárias, que elas não sejam, absolutamente, de médio ou longo prazos. É absolutamente exigível, hoje, que tenhamos compromisso com políticas emergenciais em curto prazo. Fazer frente à situação de miséria e fome em que se encontram milhões de pessoas não pode ser objeto de uma relação de clientela com o poder público, de uma relação em que o Governo faz caridade. Esta é legítima e necessária quando parte do indivíduo. O poder público tem a obrigação, a responsabilidade de resgatar a dívida social com uma parcela da nossa sociedade. Fazer isso significa que, ao mesmo tempo que faz face a essa emergência, a essa demanda imediata, começa a dar os primeiros passos no sentido de que problemas como esses não perpetuem no nosso Estado e no nosso País. Fazer isso é, acima de tudo, colocar nos nossos pontos, nas nossas agendas e nas nossas prioridades um modelo de desenvolvimento econômico que contradiga, frontalmente, tudo o que já foi até agora realizado. Nós vivemos, no Brasil, processos econômicos em que sempre se jogava para o futuro a incorporação da maioria do povo, e em Minas não foi diferente. Vivemos isso de uma forma mais forte, mais emblemática, à época da ditadura militar, em que o então Ministro Delfim Netto dizia que o bolo precisava crescer para que depois fosse dividido. O bolo cresceu, alguns poucos dele se apropriaram, dele usufruíram e hoje concentram nas mãos a maior parte da riqueza, da terra, do patrimônio deste País, e a grande maioria do povo está absolutamente excluída.

Temos que pensar um modelo de desenvolvimento econômico que faça crescer a economia, desenvolver o processo econômico, mas que, ao mesmo tempo, incorpore os homens e as

mulheres que aqui vivem no fruto desse processo, desse crescimento. Crescer distribuindo, repartindo, compartilhando riqueza, renda e poder: essa tem que ser a orientação para quem quer, de fato, incorporar a maioria das pessoas que vivem neste Estado ao "status" da cidadania. Para isso, nós julgamos necessárias algumas reformas, que, na sua globalidade, tentam enfrentar, de forma parcial e localizada, cada um dos problemas básicos do Estado, mas que, sem dúvida alguma, constituem um conjunto.

A primeira dessas reformas seria a do sistema de financiamento. É necessário - e isso tem que ser dito e afirmado com muita ênfase - que se ponha fim a uma prática, a uma lógica, a um tipo de relação política em que o que prevalece é o compadrio, em que o recurso é liberado de acordo com a afinidade que esse ou aquele setor tem junto às esferas de poder, em que as verbas saem ou deixam de sair em função de afinidades ou de desafetos no relacionamento entre o Estado e outras esferas do poder estadual. É necessário que nós tenhamos, cada vez mais, os organismos do Estado - e isso vale para o BDMG, para o BEMGE, para o CREDIREAL, para o INDI - atuando, intervindo à luz de um processo e de um projeto que diga respeito ao conjunto da sociedade e, particularmente, à parcela excluída da sociedade. É necessário que os fundos sociais - e vários, aqui mesmo, esta Assembléia votou - sejam criados, havendo, de fato, fundos - e, não, somente, no papel -; que, efetivamente, haja recursos, e, não, fundos que servem unicamente para retórica. Acima de tudo, fundos que, além dos recursos necessários à sua movimentação, tenham como princípio a necessária e absolutamente fundamental participação da sociedade. Cada vez mais, isso vai aparecer, com muita ênfase, em vários pontos do nosso projeto. Compartilhar, dividir, chamar a sociedade para a realização das tarefas.

A segunda reforma fundamental é a da difusão tecnológica. Minas, hoje, na sua Constituição, na nossa Constituição, estabelece que 3% dos recursos públicos devem ser canalizados para a pesquisa, a ciência e a tecnologia. Paradoxalmente e sem nenhum compromisso com o futuro, sem nenhuma visão relativa às próximas gerações, esses recursos não têm sido gastos. Poderíamos até considerar lateral, secundária - alguns assim enxergam, assim vêem - a desobediência a preceitos constitucionais. Nós falamos muito à vontade sobre isso, mesmo porque o nosso partido fez críticas muito contundentes e muito fortes à atual Constituição Federal, mas sabemos que, simultaneamente às críticas, o Estado democrático só se consolida quando se respeita o que já está decidido e se trabalha e se luta para mudar aquilo que se estabeleceu. Hoje, além de não se respeitar o preceito constitucional, faz-se, na prática, o exercício do completo descompromisso com qualquer alternativa de desenvolvimento, de crescimento e de projeção de futuro para este Estado, ao não se permitir o ingresso de recursos e de instrumentos capazes de "alavancar" o novo processo econômico.

Precisamos, sem dúvida alguma, fazer uma revolução no serviço público. O Estado, que veio sendo, sucessivamente, destruído, aniquilado, sucateado, que foi utilizado, sugado com muita energia quando interessou às elites dominantes, a partir do momento em que não serve mais, não presta mais, tornar-se objeto de um discurso que diz: "O Estado é incompetente, ineficaz, desperdiça, está inchado". Com toda a clareza, com toda a ênfase, queremos deixar claro o nosso compromisso de recuperar a capacidade deste Estado, de recuperá-lo como articulador econômico, como coordenador de políticas sociais e naquilo que é a sua obrigação: fazer políticas públicas nas áreas do saneamento, da segurança, da saúde, as quais, hoje, praticamente, inexistem, e na área da educação. Se o Estado não é capaz de fazer isto, se não assume este compromisso com responsabilidade, todo o debate que se coloca, neste momento eleitoral, não passa de retórica e é absolutamente incompatível com as posições políticas que têm surgido nesta disputa e que se resumem em afirmações da necessidade de melhorar a educação, a saúde, a segurança pública e, ao mesmo tempo, afirmações de que o Estado não tem mais nada para fazer. Hoje, é tarefa central, é prioridade maior fazer com que o Estado cumpra o seu dever, e cumprir o seu dever é assegurar que as crianças tenham escola, pois está escrito na nossa Constituição que elas têm esse direito. Não podemos mais permitir, conviver e permanecer numa situação em que 300 a 400 mil crianças não conseguem sequer ter o direito de entrar na escola e, lá dentro, reclamar da qualidade do ensino. Fazer o Estado cumprir as suas obrigações é fazer com que ele garanta financiamento para a saúde e canalize recursos para ela; é fazer com que, de fato, o Sistema Único de Saúde exista e não seja dependente da vontade do dirigente, do Prefeito ou da força política local.

Para além dessas tarefas, dessas responsabilidades, quero aproveitar este espaço da Assembléia Legislativa para tratar de uma reforma particularmente importante, que é a institucional. Isso, com certeza, não vai ser objeto de muito debate, de muita polêmica nesta eleição. Seguramente, alguns pensam que isso não dá voto, que não é matéria própria para o clima de uma disputa colocada nos termos em que ela se apresenta, neste momento. Quero insistir e reiterar que, se não formos capazes de realizar uma reforma institucional profunda, não teremos viabilidade nem futuro. A nosso ver, recuperar, hoje, a capacidade de planejamento do Estado sob uma nova

ótica, sob novos parâmetros, sob novas diretrizes é absolutamente necessário para qualquer projeto econômico que se queira, de fato, incorporar.

A Assembléia de Minas, por dois anos, numa experiência, muitas vezes, contraditória, numa experiência, a nosso ver, com muitas lacunas, mas também extremamente positiva, começou a construir uma alternativa, a demonstrar que existe uma vontade, uma demanda, uma necessidade, um desejo de participação muito grande das pessoas e que é tarefa do poder público abrir esse espaço, estimular a participação do Estado e dotar cada região, cada comunidade, cada setor de instrumentos para que possam, nesse espaço, atuar. Estou-me referindo à necessidade cada vez maior de um orçamento compartilhado com a sociedade. É difícil, sem dúvida alguma, é penoso, pois teremos vários problemas ao longo desse processo, desse percurso. Não resta, porém, a menor dúvida: se não formos capazes de chamar, de agregar, de compartilhar com a sociedade o direito ao exercício de definir o que é importante, o que é mais necessário e prioritário para a aplicação de um recurso, de um dinheiro que, em última instância, pertence a essa sociedade, não seremos capazes de fazer essas transformações que estamos assumindo, neste momento.

Elaborar o orçamento com a participação da sociedade significa, em primeiro lugar, dar condições para que as pessoas se informem sobre o orçamento. Algumas podem-se perguntar se isso vai diminuir o papel do Legislativo, se vai tornar secundária a importância da Assembléia, se vai tornar menor o papel que este Poder tem no exercício democrático. Com toda a certeza e a maior segurança, digo que não, na medida em que a sociedade compreende o que é o orçamento, em que o Poder Executivo - o que não ocorre no Governo atual, nem ocorreu no passado - é capaz de chegar a cada região, a cada município e informar quanto o Estado arrecada, quanto tem de gastar com sua dívida e quanto deve gastar com seu funcionalismo e com seus investimentos. E esses investimentos serão discutidos em cada região. Isso é possível e, mais do que isso, é necessário, porque os recursos pertencem à sociedade e, também, porque, diante de uma crise que é nacional e mineira, que é econômica, mas também política, ou a sociedade se sente como sujeito do processo de transformação ou não haverá transformações.

Realizar um orçamento com participação significa desdobrar em várias outras esferas essa necessária reforma institucional; fazer com que, na relação entre o Poder Executivo e o Legislativo, consigamos superar um quadro quase de vergonha, em que o último não dispõe de instrumentos para obter informações, não consegue estabelecer, na prática, o que preceitos elementares estabelecem, ou seja, um convívio entre os Poderes, já que um está tendo menos poder que o outro.

Não buscamos, de maneira alguma, diminuir a importância do Legislativo. O nosso desafio e o nosso compromisso é fazer com que, cada vez mais, as instituições sejam valorizadas diante da sociedade. No quadro em que a maioria das instituições brasileiras hoje se encontram, apesar das melhorias na prática - e os exemplos das CPIs no Congresso Nacional são um testemunho disso - parte significativa da sociedade brasileira ainda não consegue enxergar a importância e o valor do Poder Legislativo. Este tem de ser valorizado se quisermos valorizar a democracia, e valorizá-lo significa mudar uma lógica que tem estabelecido uma relação de subserviência com o Poder Executivo.

Quero estar no Governo de Minas com uma Assembléia que, efetivamente, me fiscalize, me controle; que tenha capacidade não pela proximidade deste ou daquele partido político com projetos que defendemos, mas por ser nossa parceira, respeitando o necessário confronto de idéias exigido pela democracia. Quero uma Assembléia que seja capaz de estar à altura dos desafios que temos pela frente. Isso significa que, para nós, do PT e da Frente Minas Popular, entre outros pontos, pensar a reforma institucional é absolutamente essencial.

Queria concluir afirmando que quaisquer que sejam os pontos do programa de governo - da habitação ao saneamento, dos transportes à cultura, que, a meu ver, talvez seja o grande fio condutor de um projeto novo para este Estado, cultura que é capaz de traduzir histórias, necessidades, comportamentos, relações e patrimônio no seu sentido mais amplo, desde a casa até grupo teatral -, têm de estar fortemente alicerçados no compromisso democrático. Trata-se de ampliar radicalmente as fronteiras da participação. A responsabilidade e o norte do programa da Frente Minas Popular, bem como de suas candidaturas, nos seus vários itens, é, fundamentalmente, fazer com que, cada vez mais, a sociedade, as esferas diferenciadas de poder, os trabalhadores e a iniciativa privada, as igrejas e os sindicatos, os centros comunitários e os clubes de mães se incorporem a esse exercício necessário que temos pela frente. É preciso fazer isso, sabendo que a situação que vivemos hoje não acontece por acaso. O drama da exclusão, que a maioria do povo brasileiro vive hoje, não é obra do destino. A situação dramática que hoje se abate sobre milhões de mineiros e brasileiros não é, simplesmente, um desígnio divino. Há responsáveis por isso. Governos sucessivos estiveram dirigindo Minas e o Brasil, e não podemos, simplesmente, esquecer o que houve, passar uma borracha na História, agir como se

ninguém fosse responsável pelo que se passou e acatar passivamente os discursos milagrosos que alguns têm feito.

Temos a certeza de que há enormes obstáculos pela frente; temos a convicção de que os problemas não vão ter solução no primeiro, segundo ou terceiro anos de governo, mas temos a certeza, ainda maior, de que o projeto que representamos, de que o projeto que Lula representa no plano nacional vai além do PT, do PPS, do PC do B, do PSB, do PSTU, do PCB e do PV, partidos que compõem a Frente Minas Popular, pois representa, sem dúvida alguma, a sociedade brasileira mais fortemente comprometida com a democracia, a sociedade brasileira ainda capaz de se indignar e que não consegue esquecer a necessidade de haver justiça e de se construir a esperança.

Esse projeto é, com certeza, o único capaz de fazer com que entremos na História como sujeitos dela. E é por isso que estamos convidando a todos, neste instante, para fazer dele uma realidade. Muito obrigado.

#### Registro de Presença

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência tem o prazer de registrar a presença dos Srs. César Campos, Secretário Municipal de Saúde; Fernando Cabral, Secretário Municipal de Administração; Thomaz da Matta Machado, Secretário Municipal de Atividades Urbanas; Arnaldo Godói, Vereador por Belo Horizonte, e Tarcísio Ferreira, Presidente da BELOTUR.

#### Designação do Coordenador

**O Sr. Presidente** - A Presidência, a partir deste instante, vai passar a palavra ao jornalista Roberto Melo, que atuará como coordenador dos debates desta tarde. Com a palavra, o ilustre jornalista.

#### Palavras do Coordenador

**O coordenador** - A partir deste momento, todos os participantes do Ciclo de Debates Eleições 94 poderão formular perguntas ao candidato, devendo, contudo, inscrever-se previamente ou encaminhar a questão por escrito. Solicita-se que as questões sejam breves, sucintas e objetivas, de forma a propiciar a manifestação de um maior número de participantes.

Ainda visando ao melhor aproveitamento do tempo, esta coordenadoria pede licença para dispensar as formalidades das saudações pessoais, de modo que os trabalhos se processem com maior agilidade.

Cada inscrito disporá de até 2 minutos para sua intervenção, devendo limitar-se a uma questão, resguardado o direito de inscrever-se novamente. O candidato disporá de até 3 minutos para cada resposta.

#### Debates

**O coordenador** - Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

**O Deputado Gilmar Machado** - Já que estamos no Poder Legislativo, vai a pergunta de um parlamentar. Uma das coisas que mais me marcaram neste Poder, durante os três anos e meio em que estamos aqui, foi a forma como o Executivo trata o Legislativo em termos de compromissos assumidos. Tenho dois exemplos: primeiro, as negociações feitas, nestes últimos anos, com o funcionalismo público, realizadas pelo Governador e, posteriormente, assumidas, em parceria, pelo Executivo e pelo Legislativo, têm sido, sistematicamente, descumpridas, deixando o Legislativo em situação difícil junto a esse segmento da sociedade. Em segundo lugar, vêm os famosos projetos "Frankenstein", que o Poder Executivo envia, sistematicamente, ao Legislativo. Essa é uma prática comum não só em Minas, mas também em outros Estados. São projetos enviados na última hora, tratando de vários assuntos, os quais a Assembléia tem que analisar em pouco tempo e nos quais são colocadas as coisas mais absurdas.

O que queremos saber é como vai ser o tratamento dado a essas duas questões abordadas, visto que você já falou a respeito da relação de subserviência do Legislativo ante o Executivo. O que poderemos esperar de você no governo? Nós, realmente, vamos ter tranquilidade no final do ano ou teremos que votar, em dezembro, aqueles projetos-monstros, "maravilhosos", que nos são comumente enviados por este Governo?

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Não poderia correr o risco da esquizofrenia, como ocorre com outros. Sou candidato, mas continuo sendo Deputado. Não consigo estabelecer esse corte absolutamente profundo. Aqui se encontra o candidato ao governo e, também, o Deputado desta Assembléia. Um Deputado que se orgulha de sê-lo e que, sem dúvida nenhuma, aprendeu muita coisa aqui. Conheci melhor o Estado, as instituições públicas. Descobri limites que antes não me pareciam tão nítidos, mas, antes de tudo, aprendi como se estabelece a relação entre os Poderes. Falei, de passagem, que é importante que todos os Poderes sejam exercidos, mais particularmente, o Legislativo, que é aquele com maior permeabilidade com a sociedade. Brigar com o Poder Executivo é difícil, porque ele tem a chave do cofre na mão. Brigar com o Judiciário é mais difícil ainda, porque ele tem a chave da cadeia. É mais fácil atacar o Poder Legislativo. Este tem perdido espaço. As conquistas obtidas com a Constituição de 1988 não estão sendo exercidas. Um exemplo disso é o fato de estarmos em meados de agosto sem que o orçamento do País tenha sido votado

pelo Congresso.

Este é um País ao sabor de disputas políticas, sem perspectiva de o poder público canalizar suas energias para os Deputados. Quero afirmar que, comigo, esse tipo de relação muda. Primeiro, no seu lado menor, mesquinho, que é a disputa quanto à autoria do projeto. Observamos que projetos que tiveram origem nesta Casa, mas não conseguiram prosperar, pouco tempo depois, nos eram encaminhados, quase idênticos, por parte do Poder Executivo que reivindicava sua autoria. No mundo inteiro, o grande legislador é o Poder Executivo. Ele tem mais estrutura, mais instrumentos, mais informação. Essa é uma regra mundial. Não se trata de subverter isso. Trata-se de uma relação muito clara de respeito, primeiro, ao Poder Legislativo como instituição, como Poder de fato; segundo, nos termos em que chamo a atenção do servidor, seja na negociação de política salarial, seja nos projetos de reforma administrativa, de que tampouco tem notícia ou conseguem participar e, principalmente, respeito à sociedade, porque, na medida em que os próprios parlamentares, a própria Assembléia não consegue acompanhar os projetos nem fazer os debates seriamente, no momento em que um Poder - historicamente instrumentado para fazer isso - não consegue fazê-lo e se permite não o fazer, dificilmente a sociedade vai conseguir acompanhar.

Agora quero concluir - para não correremos o risco de uma relação paternalista - afirmando o seguinte: há uma responsabilidade maior nisso, que não é apenas deste Governo; Governos anteriores também apresentaram projetos complexos, contraditórios, no apagar de luzes da sessão legislativa, quando tudo tem que ser votado a toque de caixa. Há, também, diria, uma certa conivência em concordar com esse tipo de situação. Concluindo, para respeitar os 3 minutos, quero deixar muito claro o seguinte: se eu valorizo, e valorizo muito, valorizo extremamente o debate, a polêmica, a disputa e quero continuar valorizando-os, em toda a sua plenitude, isso significa que iniciativas do Poder Executivo, chegadas a esta Assembléia, quando forem aqui aprovadas, têm que ser resultado de um processo muito amplo, muito profundo e cuidadoso de debate.

**O coordenador** - Existem duas perguntas relacionadas ao vale do Jequitinhonha. A primeira, de Jaime Lima, Vereador pela cidade de Senador Modestino Gonçalves: "Carlão, quando se fala do vale do Jequitinhonha, fala-se da fome e da miséria. Sendo Governador, qual o seu plano de governo para o vale, que é tão pobre e miserável?" A outra é de Amália Loyola, funcionária desta Assembléia: "Se eleito, o que pretende fazer para mudar a situação caótica em que se encontram as estradas do Norte de Minas e amenizar os graves problemas sociais existentes naquela região?"

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - O vale do Jequitinhonha talvez seja a região de Minas mais emblemática no que respeita à exclusão. Não que ela detenha os índices piores. A região Leste do Estado tem índices semelhantes. No vale do Mucuri e do São Mateus, os índices são idênticos. Uma boa parte do Norte de Minas, excluída aquela região mais próxima de Montes Claros, igualmente. O Jequitinhonha conseguiu refletir e explicitar mais essa exclusão, de uma cultura muito forte que, ainda, felizmente, persiste naquela região. Se formos fazer uma retrospectiva rápida, vamos verificar que, tanto para o vale do Jequitinhonha quanto para o Norte de Minas, inúmeros projetos foram dirigidos, e a situação não mudou absolutamente nada. As populações daquelas regiões diminuem, o fluxo migratório aumenta, causando uma situação constrangedora: viúvas de maridos vivos não só no vale do Jequitinhonha mas também em outras regiões, porque os homens têm que ir para São Paulo a fim de tentar uma oportunidade de vida que, geralmente, não encontram. Mas, infelizmente, aquelas regiões têm sido a sustentação, o celeiro de uma parcela do poder político deste Estado, deste País. Lembraria, por exemplo, o ex-Líder do Governo Collor, lá de perto, do Norte de Minas, pessoas com força política, com muito poder, mas que não são capazes de traduzir isso em melhoria das condições de vida daquela região.

Temos insistido que um projeto novo para o Estado tem que ser capaz de responder a essa desigualdade, de discutir, no Sul de Minas, no Triângulo, na região metalúrgica, que é uma das mais desenvolvidas e que tem uma das maiores rendas, que uma parte de sua riqueza deve ser canalizada para amenizar a situação de outros locais. Isso significa alguns investimentos muito claramente dirigidos. Primeiramente, na agricultura, com a pequena produção, por exemplo, que há no Jequitinhonha, onde se verifica a situação mais típica, em que os pequenos proprietários não conseguem permanecer na terra, já que não têm financiamento, assistência técnica, estímulo ao cooperativismo, escoamento de produção e, por várias vezes, não conseguem armazenar o que produzem. Isso tem que ser revertido. E ser revertido com você orientando a poupança pública, o pensamento acumulado, sob o ponto de vista da tecnologia do setor público, para garantir condições àquelas pessoas que ali vivem. Significa pensar um processo de industrialização capaz de agregar as potencialidades do local, e não ficar na miragem, na utopia de que vamos poder instalar grandes indústrias. Definitivamente, não.

Da mesma maneira, a questão das estradas, da malha rodoviária. Temos problemas no Norte, no Leste e algumas situações na Zona da Mata. Cerca de 150, 160 municípios do

Estado não têm, sequer, ligação asfáltica. Parece-me que essa referência é importante: garantir um mínimo. Infelizmente, a nossa história demonstra que fazer estradas sempre foi a graça de algumas empreiteiras e o sucesso de alguns dirigentes políticos da coisa pública.

Essa lógica tem que mudar, mas só vai mudar com a participação da sociedade na definição de suas prioridades. Se temos como método, ao aplicar recursos públicos, chamar as comunidades e os municípios, chamar aquilo que a sociedade conseguiu organizar em cada região, vai ser lá, junto com essas comunidades, junto com essas prefeituras e - insisto - sem nenhuma discriminação, que vamos estabelecer as prioridades. A prioridade - fazer estradas, construir postos de saúde, expandir o 2º grau de escolas - é aquilo que for melhor para o que a sociedade considera melhor. Não é o poder centralizado, de forma autoritária, burocrática, insensível, que vai determinar o que é mais importante em cada região. Hoje, com os recursos que temos, que são escassos, mas que podem ser aumentados com a eliminação do desperdício, da corrupção e dos desmandos mais variados, seguramente, dá para se fazer muita coisa, mas a decisão sobre o que se fazer tem que ser dividida entre o poder público, o Governo Estadual e as comunidades de cada região.

**O coordenador** - Com a palavra, o Sr. Carlos Silveira, da Polícia Civil.

**O Sr. Carlos Silveira** - Fazia parte da Polícia Civil, mas não sei se ainda faço. Antes de fazer a pergunta, vou apresentar o quadro que aí está. Nós, da Polícia Civil, fomos relegados tanto na ditadura militar como no governo passado e no atual. Dão-nos um machado para fazer uma operação oftalmológica. É mais ou menos assim. Dão-nos missões impossíveis. Além disso, vivemos em casas alugadas, temos viaturas caindo aos pedaços e é difícil encontrar alguém que ganhe menos que a gente. Lixeiros, trocadores de ônibus, serventes de pedreiro ganham mais, sendo que a maioria de nós tem curso superior. É um quadro caótico, um quadro terrível.

Numa consulta que fiz, em 1989, ao Deputado Roberto Carvalho, que se encontra presente, sobre custos da Polícia Civil e da Polícia Militar, soube que esta gastava o que as Secretarias da Educação, da Saúde, da Segurança Pública e de Justiça gastavam juntas. Há três meses, no entanto, um Promotor ganhava o salário de CR\$4.500.000,00. Isso equivale ao custo de uma delegacia de polícia completa do interior. É o salário do Delegado, de três Detetives, de dois Carcereiros e de um Escrivão. O Promotor, sozinho, ganhava o que sete policiais civis ganham hoje.

Nós vemos a Polícia Militar com quatro helicópteros, voando para lá e para cá. Fico imaginando que, a qualquer hora, será criada a força aérea da Polícia Militar, porque nunca vi tanto avião. Isso deve ser para converter os esquerdistas ou qualquer coisa assim. Em 1989, eu ouvi um Deputado, que nem era de esquerda, dizer que a Polícia Militar era um Estado dentro do Estado. Então, eu fico vendo essas instituições elitistas como o Ministério Público ou o Ministério da Justiça e quero dizer que tenho respeito a elas, mas quero respeito, também, à minha profissão, que eu amo, que é a de policial. E, como já disse, não sei se ainda sou um policial, porque pertenci ao sindicato, fiz um trabalho honesto, mas inventaram uma lei aqui, na Assembléia, e nós fomos para a rua. E, no meu caso, ainda inventaram outras coisas e me massacraram. Esse é um quadro caótico e absurdo. Gostaria de saber se esse quadro continuará o mesmo, se o senhor ganhar.

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Carlos, quanto ao diagnóstico, eu concordo com você. Encontrei, em algumas cidades que visitei, viaturas policiais paradas por falta de gasolina ou por falta de pneus. Agora, nós estabelecemos, em nosso programa de governo, alguns princípios, e o primeiro deles é o da questão material. Vamos, no entanto, separar a questão da necessidade de aparelhamento, de equipamentos e de prédios da questão da implantação de uma política de segurança vinculada ao seu desdobramento de prédios e cadeias. É preciso uma orientação que não penalize duplamente um indivíduo, como acontece hoje. Hoje, 80% das nossas cadeias estão deterioradas. Esse é um outro enfoque. Se houve transgressão, é preciso haver a penalidade, mas essa não pode ser agravada. Para nós, é muito claro que você reintegra o cidadão à sociedade com muito mais facilidade se o mantiver próximo à sua comunidade de origem. Logo, é preciso haver investimento em cadeias públicas. Talvez esse seja um debate um pouco delicado, mas há uma lógica cuja origem não interessa, nesse momento, especificar. Talvez remonte à época do regime militar, talvez seja anterior a ele ou talvez seja próprio da elite que sempre dominou este País. Mas, nós temos uma orientação que ainda prevalece na nossa polícia: é a que subestima o respeito e os direitos elementares do ser humano. Isso tem que ser enfocado. Não podemos admitir que haja tratamento diferenciado, dependendo de a pessoa ser branca ou negra, rica ou pobre.

Há uma outra esfera que não é específica da polícia, que diz respeito à grande maioria dos servidores públicos de Minas Gerais. Falo isso porque seria muito tranqüilo fazer um discurso dirigido para cada público. Existe um candidato que faz isso. Ele chega a uma cidade e diz que estrada de lá será a prioridade número um do seu governo. Quando chega a outra cidade, a prioridade número um é a estrada daquela



cidade. É preciso haver uma concepção de conjunto. Há uma degradação salarial e funcional em quase todo o serviço público. Existem alguns pequenos nichos de privilégio e existem algumas distorções, frutos, inclusive, de práticas como essa a que o Deputado Gilmar Machado se referiu anteriormente, de projetos que vêm, açodadamente, para serem votados aqui e que criam algumas coisas esquisitas. Isso tem que ser visto em um conjunto. Se nós não nos limitarmos apenas à concepção de servidor público na sua relação com o governo e formos capazes de enxergá-lo como servidor da sociedade, necessariamente esta vai exigir que, para esse serviço público funcionar, o governo garanta salário, carreira e profissionalize o servidor público. E isso vale para a segurança, a saúde, a educação e qualquer área, como, por exemplo, a do planejamento. Como é que você vai planejar o Estado de Minas hoje, quando técnicos preparadíssimos saem do Estado, por exemplo, da SEPLAN, porque não conseguem sobreviver com esses salários? Então, quero deixar muito claro que não é possível fazer uma discussão utópica disso aí, vamos ter que enfrentar, em conjunto, a situação funcional e salarial do servidor público de Minas Gerais. É possível enfrentar? É. É possível melhorar salários de uma forma relevante, em curto prazo? Não, mas é possível iniciar um processo de recuperação salarial baseado na perspectiva da verdadeira profissionalização: carreira, salário e perspectiva de realização profissional.

**O coordenador** - Pergunta do Deputado Marcos Helênio: "Carlão, todos os projetos habitacionais implantados por Collor de Mello foram superfaturados por empreiteiras, com a omissão da Caixa Econômica Federal. Em Minas Gerais, milhares de mutuários abandonaram suas casas por falta de condições para pagar as prestações. Aqui, na Assembléia, pedimos uma CPI para apurar essas irregularidades. Mesmo com o número de Deputados necessário para abertura da CPI, ela foi arquivada. Como combater essas práticas?"

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Marcos, hoje, o jornal "Folha de S. Paulo", tem como principal destaque a informação de que o Presidente Itamar Franco está forçando a mão para que cerca de trezentos e tantos desses imóveis construídos nos termos que você informa, pelo Governo Collor, sejam comercializados. Isso, a trinta e poucos dias das eleições. A ênfase do nosso Presidente é a de que essa comercialização seja efetuada ainda antes do primeiro turno. O Juiz de Brasília, inclusive, disse que isso não fica muito bem para um Presidente da República. Ele começa a exportar procedimentos não muito corretos. Se o Presidente está desse jeito, imaginem o que farão Prefeitos e Governadores nessas eleições.

Acho que aí há dois aspectos: primeiro, quanto à questão de CPIs, sei que, muitas vezes, se alinhava o seguinte argumento: não podemos vulgarizar a CPI. Eu concordo, mas, ao mesmo tempo, só vamos aprimorar o instrumento da CPI mediante o seu exercício. Não é pela negativa, não é pelo medo, não é pelo impedimento da sua realização. Acredito que é exatamente fazendo CPIs, algumas certas, outras erradas, algumas pertinentes, outras nem tanto, que vamos ser capazes de saber exatamente o momento de fazer ou deixar de fazer uma CPI. O mesmo vale para partidos. A ditadura nos havia imposto dois. Hoje, temos uma série de partidos, que são, afirmo-o sem o menor pudor, caricaturas partidárias que enfraquecem o sistema democrático, mas acho que é um aprendizado, vamos ter que passar por isso. Isso na ordem do Legislativo.

No que diz respeito ao Executivo, quero me apoiar em alguns exemplos nossos, de administrações populares, que demonstram ser muito viável você fazer com que os custos caiam de forma muito significativa. A Prefeitura de Belo Horizonte, sem criar nenhum constrangimento, porque o companheiro Patrus está aqui, à mesa, quando renegociou seus contratos herdados, conseguiu descontos da ordem de 40%, em média, junto a várias empreiteiras.

O exemplo da Prefeitura de Betim é o que eu acho mais bonitinho, é um exemplo muito forte. Em Betim, havia um hospital que estava parado há dois anos. A administração popular o assumiu, retomou a reconstrução com a mesma empreiteira, aumentou o número de leitos, e o preço caiu pela metade. Isso é sinal de que, se você tem compromisso ético, correição, combate ao desperdício, à descontinuidade administrativa, você faz mais e melhor.

Há um caso mais específico. Chegou a esta Casa um projeto de iniciativa popular que cria o Fundo Estadual de Habitação, que orienta uma política educacional e convida a sociedade civil a discutir e controlar essa política. Tenho insistido muito em que, sem a participação da sociedade, com as pessoas fiscalizando, controlando e sentindo-se sujeitos do processo, vamos limitar as decisões a muito poucos, e, assim, nossa margem de erro aumenta consideravelmente. O correto, tanto para a política educacional como para as outras políticas, é que os recursos sejam garantidos, e, sem dúvida alguma, neste momento, a prioridade deve ser a baixa renda, não se considerando apenas o ponto de vista do direito à habitação, mas pensando-se na política habitacional também como um dos motores necessários à política de geração de empregos. Contudo, é fundamental que isso seja feito com a participação da sociedade.

Tenho certeza de que, se os conjuntos a que você se refere, feitos à época do

Governo Collor, tivessem contado, com o mínimo que fosse, de participação social, nada disso teria ocorrido, e não teríamos milhares de imóveis fechados, sendo destruídos pelo tempo, feitos com recursos que, no final, foram pagos por toda a sociedade. Enquanto isso, nossa demanda habitacional continua crescendo.

**O coordenador** - Com a palavra, D. Helena Mirandello, da Associação das Pensionistas do Estado de Minas Gerais.

**A Sra. Helena Mirandello** - Boa tarde, Deputado. A situação das 35 mil pensionistas do IPSEMG é lamentável, pois seus proventos foram reduzidos a salários de miséria. Minas Gerais é o único Estado, em todo o País, que não cumpre o que determina a Constituição no que diz respeito aos órfãos e às pensionistas. Até a presente data, nada se fez. Todas as ações que chegam à justiça esbarram na alegação de que não existe regulamentação, apesar de o próprio STF já ter colocado um ponto final nessa situação, alegando, em acórdão, que a norma ditada pela Constituição relativa ao cálculo da pensão tem aplicação imediata, não dependendo de regulamentação. Outra alegação é a de que não existe fonte de custeio. Ora, onde está a fonte de custeio enviada à Assembléia Legislativa através do Ofício nº 16/91, há quase quatro anos? Onde foi parar a fonte de custeio da lei anterior?

Hoje, as pensionistas recebem 5%, 8%, 10% ou 14%. Enquanto as pensionistas de militares recebiam, até hoje, 80% e estavam brigando, na justiça, pelos 20% restantes, o que se está fazendo pelas pensionistas de Minas Gerais?

Temos que pensar nessa situação. Oito por cento é muito pouco. As idosas e os órfãos precisam viver. Há casos de suicídio de pensionistas; há casos de pensionistas que estão roubando para sobreviver; há casos de filhos de pensionistas sendo abandonados para que as mães possam procurar emprego; há casos de pensionistas mais novas que se estão prostituindo, pois não têm meio de vida, e de pensionistas mais velhas que são jogadas em abrigos. É preciso dar fim a esse problema das pensionistas de Minas Gerais. Se todos os outros Estados já o estão solucionando, por que Minas Gerais, o coração do Brasil, de onde saem tantos homens de valor, ainda não se dispôs a solucioná-lo? Por que ainda não surgiu um homem que desse um basta a essa situação, que olhasse por nossas crianças, por nossos órfãos? Quantos meninos que estão nas ruas não serão filhos de pensionistas? Quem pode saber? Precisamos cuidar de nossas crianças órfãs e de nossos idosos. Esse é um compromisso que temos com todos eles.

Deputado, caso seja eleito, e espero que sim, o que você poderá fazer por essas pensionistas e por seus filhos?

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - D. Helena, em primeiro lugar, muito obrigado pelo "espero que sim".

Em segundo lugar, quero dizer que a lei, para mim, deve ser cumprida. Se discordo dela, se considero que é equivocada ou ilegítima, vou brigar para mudá-la. Essa lei é muito clara. A senhora está absolutamente correta quando afirma que tem o direito. Ora, se a lei existe, deve ser cumprida. Sobre isso, não discuto. O direito está assegurado, e isso deve ser materializado, deve ser cumprido, mas há um segundo problema, que a senhora não levantou. Sei que o tema é polêmico, mas faço questão de deixar clara a maneira como pensamos o processo de conjunto.

Em primeiro lugar, defendo que o pagamento das pensionistas do Estado seja transferido para o Tesouro. Acho que o processo que temos hoje, inclusive de repasse atrasado de custeio, acaba dificultando ainda mais o pagamento. A lei existe da mesma maneira para aposentados e pensionistas. O Tesouro deve arcar com isso. Este é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, temos uma convicção, que, aliás, está no nosso programa de governo. Se estivermos errados, podemos discutir, porque o programa não é uma obra acabada, mas, neste momento, acreditamos que devemos estabelecer limites de pensões e aposentadorias. A senhora não falou, mas, por exemplo, no Poder Judiciário, não há problemas com as pensionistas, e quem arca com isso é a sociedade, da mesma forma. Então, se é desse jeito, entendemos que devemos estabelecer limites. Podemos negociar esse limite em dez salários ou no que for razoável para todos e também para a sociedade, que é quem sustenta. Dessa forma, faremos com que o IPSEMG seja, de fato, um instituto dos servidores, que eles próprios administrem, porque os recursos são deles. Não deve ser como é hoje: os recursos do IPSEMG vêm do caixa único do Estado, à mercê da boa-vontade do Secretário para serem liberados ou não. Então, direito estabelecido: cumpra-se. Então, é proposta nossa repassar as pensões e as aposentadorias para o Tesouro do Estado.

Em terceiro lugar, o IPSEMG tem que ser um instituto complementar. Teremos que estabelecer um limite, sob pena de, no futuro, ser absolutamente inviável assegurarmos alguns privilégios. Isso vale para o Estado e para o País, porque essa é a situação que vivemos hoje. Se a maioria dos aposentados está em situação difícil, se as pensionistas - como a senhora se refere - vivem numa situação dramática, algumas pessoas, que também recebem dos cofres públicos, vivem numa situação privilegiada. Temos que combater os privilégios e assegurar condições de igualdade para todos. Esse é o nosso compromisso.

**O coordenador** - Pergunta de João Afonso de Oliveira: "A suspensão do programa eleitoral do PT decorreu de uma decisão judicial que considerou abusiva a referência feita ao candidato Hélio Costa. A decisão está errada ou houve, de fato, a extrapolação? E, nesse último caso, seria essa uma estratégia de campanha admissível? A estratégia não estaria indo contra a lei e, em consequência, contra os princípios sustentados pelo PT?"

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Primeiro, sobre a extrapolação. O Juiz Eleitoral afirma, na sua decisão, que fizemos uma montagem. Para os não-iniciados, montagem pode dar a entender que pegamos uma foto de um, outra de outro, juntamos as duas e mostramos algo que não existia. Ao contrário, para quem tiver curiosidade, temos as fotos que retratam o que foi a história deste País num período muito recente. É público e notório que o Sr. Hélio Costa apoiou a candidatura de Fernando Collor à Presidência. Não fomos nós que inventamos isso. É público e notório, também, que, na última eleição, quando candidato ao Governo de Minas, o Sr. Hélio Costa recebeu apoio do Sr. Fernando Collor de Mello. Naquela ocasião, Ministros de Estado vieram aqui emprestar, publicamente, esse apoio. O Sr. Hélio Costa circulava, com a maior intimidade, nos corredores do poder, à época do Governo Collor. Tudo isso é público. O PT ou a Frente não criou, inventou ou montou absolutamente nada. Logo, está incorreto.

Em segundo lugar, isso não faz parte de uma tática menor, quando teríamos que criar um fato político artificial. De forma alguma. Trata-se, sim, de assegurar, num período extremamente fértil como este, que a sociedade seja informada. As pessoas têm o direito à informação sobre a nossa história, história essa que não criamos, não inventamos. O mesmo ocorre no que diz respeito aos episódios envolvendo a Fundação Casa, em Barbacena: o que informamos dizia respeito a procedimentos e investigações recentes realizadas pelo Ministério Público de Minas Gerais e encaminhadas ao Ministério Público Federal. E, para nossa satisfação, a imprensa hoje veicula que o Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, está devolvendo o processo a Minas Gerais para novas investigações. O processo está em curso, há fatos novos, alguma coisa já foi julgada, mas outras ainda não.

O principal disso tudo é que o Juiz abriu um precedente gravíssimo ao tentar impor ao nosso programa a censura prévia. Como se não bastasse a própria lei eleitoral dizendo, com todas as letras, que não vai ser admitida censura no programa, nós temos o direito constitucional sagrado de veicular informações. Não existe censura prévia no Brasil. Isso também não aconteceu de graça, foi produto de lutas, de esforços, foi uma conquista social, um avanço democrático que estão querendo colocar em risco. Essa decisão foi inaceitável, tanto que entramos, hoje, com um mandado de segurança para suspendê-la. Fiquei muito satisfeito quando o Ministro Sepúlveda Pertence, lá em Brasília, se mostrou extremamente preocupado com as posições assumidas por alguns Juizes do Tribunal de Minas Gerais.

**O coordenador** - Lúcia Diniz, da Ação Social Arquidiocesana.

**A Sra. Lúcia Diniz** - Boa tarde. No ano passado, participamos de uma discussão sobre a distribuição da verba de subvenção social para os Deputados. Diante das irregularidades denunciadas pelo Carlão, apoiamos, num abaixo-assinado com 65 mil assinaturas, a criação de uma CPI nesta Casa, mas, sob a alegação de que o abaixo-assinado não tinha valor legal, não o consideraram. Apesar disso, esta Casa promoveu um debate, que se denominou Assistência Social e Verbas Públicas; dele participaram 644 entidades de assistência social, que demonstraram claramente que iriam romper com aquela relação viciosa de dependência com a pessoa do Deputado. Votaram, maciçamente, pela retirada dessa verba da Assembléia Legislativa. No entanto, as verbas continuam sendo distribuídas pelos Deputados, inclusive por aqueles que estão sob suspeição no Ministério Público, que estão sendo investigados. Até esses estão recebendo verba no ano eleitoral.

Existe aqui um projeto que foi resultado do debate promovido pela Casa. Ele foi encomendado ao Sr. Paulo Neves de Carvalho e discutido conosco, com as entidades que participaram daquele debate. O projeto já deu entrada na Casa; no entanto, não se tem notícia dele, não sabemos que fim levou. Já tentamos rastrear isso por aí, e não encontramos nada. Quero saber, claramente, o que você, Carlão, vai fazer com esse projeto. Já existe a lei orgânica de assistência social, alguns prazos já estão vencendo e precisam ser cumpridos; alguma verba, alguma assistência tem que ser feita em função dessa lei, que foi sancionada pelo Presidente. O que você pretende fazer com esse projeto e como vai ser a assistência social no seu Governo?

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Existem algumas perguntas comuns em época de eleição. A mais comum é sobre pesquisa. Todo dia um instituto publica uma, e as pessoas perguntam o que achamos dela. Temos que fazer um formulário e já entregá-lo pronto.

Existe outra pergunta séria, que é: qual vai ser sua primeira medida no governo? O Roosevelt fez isso quando era Presidente dos Estados Unidos, nos primeiros 100 dias de governo, e ficou marcado. Todo mundo acha que tem que haver uma medida de 100

dias, uma medida de impacto. Acho isso meio bobo e, como brincadeira, falo que a minha primeira medida é acabar com a subvenção social, deixando muita gente com uma raiva danada.

Fazendo uma discussão séria, é o seguinte: o projeto é de responsabilidade do Poder Legislativo. Inclusive, quando você comentou a questão de Deputados que, mesmo sendo objeto de investigação, recebem recursos, tenho que informar que nossa bancada recorreu dessa decisão. Não que, sob o ponto de vista legal, esteja incorreto. Existe o princípio sagrado de que ninguém é culpado até que seja condenado. Até prova em contrário, todos são inocentes. Penso que isso não pode ser relevado. Sob o ponto de vista ético, é extremamente ruim que tenham o direito de usar um recurso quando se encontram sob suspeita. Nosso empenho já foi materializado nesta Assembléia, com esse projeto. Mais do que empenho, existe uma concepção nova. Nós nos demos ao trabalho de fazer o levantamento das dotações de subvenções sociais no ano passado não apenas na Assembléia, mas em todo o Estado. As secretarias e os demais órgãos estatais têm suas subvenções sociais, mas a mais visível é a daqui, pois as pessoas não observam as do Poder Executivo. No ano passado, o montante das subvenções resultou em US\$125.000.000,00. Essa quantia representa quase o dobro do que foi investido em agricultura, no Estado. Notamos uma relação paternalista em que o poder público faz caridade. Caridade é um ato individual. O poder público do Estado não precisa fazer caridade.

Nossa proposta é a da lei orgânica de saúde, nossa proposta é a das diretrizes apresentadas pelo projeto de iniciativa popular e aprimoradas pelas inúmeras entidades, independentemente de partidos políticos. Este é o nosso compromisso: travar a batalha em uma perspectiva maior, convencendo o Legislativo de que ele será mais valorizado, mais importante, mais legítimo quando não precisar desse tipo de "coisinha" para continuar existindo. Nós, na verdade, estaremos construindo o verdadeiro e necessário espaço do Legislativo. A política social é necessária; também o é a assistência social num Estado miserável como o nosso. Mas a verdadeira concepção é a de que primeiro se resgatam os direitos; em segundo lugar, a sociedade entra com sua participação.

**O coordenador** - Trago uma pergunta elaborada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Públicos e Civis do Brasil: "O IPSEMG está desarticulado e em situação de falência. Qual a proposta do candidato para impedir que ocorra o esfacelamento do IPSEMG?"

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Já me referi a esse assunto quando falei à Sra. Helena, no tocante ao tema de pensionistas. Minha posição não mudou nesses poucos minutos. Acredito que as aposentadorias e pensões devem ser de responsabilidade do Tesouro, e o IPSEMG deve ser um instituto gerido pela administração dos servidores, com recursos dos servidores para complementação das aposentadorias. Da mesma forma que penso a respeito do IPSEMG, quero chamar a atenção para o IPLEMG que, a meu juízo, precisa acabar. Não tenho nada contra parlamentares e juízes constituírem seus fundos de pensão própria, desde que não sejam utilizados recursos públicos.

A situação atual do IPLEMG precisa ter um ponto final. Muitos foram os investimentos. Nós temos um desconto significativo no contracheque. Esses recursos são dos parlamentares e podem ser aplicados de uma nova forma. Agora, fazer isso dividindo com a sociedade esse sustento está errado. São distorções como essa, são desvios como esse que acabam levando à situação a que a Sra. Helena se referiu: alguns asseguram, alguns ganham muito, alguns têm, efetivamente, privilégios, e, para uma imensa maioria, não sobra, absolutamente, nada.

**O coordenador** - Com a palavra, o Sr. Paiva, Presidente da Federação das Associações Comunitárias do Município de Ibitiré, para formular pergunta ao candidato.

**O Sr. Paiva** - "A inconsistência ideológica partidária é tamanha, que estamos vendo o candidato do PSDB (sucessor do PRN), Sr. FHC (atual Collor), negando apoio aos candidatos do seu partido aos governos da Bahia (Jutahy), Espírito Santo (Rose), etc. Até onde vamos chegar? Como você vê essa situação? Isso não significa oportunismo, politicagem, fisiologismo ou falta de vergonha na cara da maioria de nossos políticos?"

Você não acha que isso tem contribuído para a descrença do eleitor na classe política brasileira, em sua maioria? Aqui na Assembléia, CPIs - como a da habitação (superfaturamento de conjuntos habitacionais) subvenção social (desvios de verbas públicas por alguns Deputados) Caixa Beneficente dos Guardas-Civis e Fiscais de Trânsito (várias irregularidades), etc. - não foram aceitas pela maioria dos Deputados.

A proposta dos movimentos populares para as subvenções sociais e verbas públicas, para o Fundo Estadual de Habitação e outras "acabaram em pizza". Coisas que a "Assembléia Mostra o Que Faz" não tem levado ao conhecimento do eleitorado mineiro.

Uma professora primária está recebendo do Governo do Estado apenas R\$95,00 por mês, as escolas estão sucateadas ...

Pergunto: - Como você, Deputado e candidato ao governo de Minas Gerais, vê tudo isso? - O que quer dizer, quais Deputados fazem parte, qual a finalidade e qual a

contribuição do BRD para a população de Minas Gerais? - Você não acha que esses Deputados que fazem parte do BRD e são candidatos à reeleição não devem dizer na TV que querem o voto do eleitor mineiro para continuar a defender apenas seus interesses e os do Governo do Estado? Você vai governar com a participação popular (movimentos sociais, etc.) ou vai apenas se limitar a cooptar Deputados para lhe serem subservientes? Qual a sua proposta para a educação, no que se refere principalmente à reposição salarial nos níveis de 1986, plano de carreira e IPSEMG?"

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Você há de convir que não posso responder à sua pergunta em 3 minutos, pois você acaba de abrir um outro seminário. Já abordei anteriormente alguns temas e vou me ater, basicamente, às questões políticas que você levanta.

A primeira delas é sobre a questão do BRD. Sem fazer qualquer juízo de valor, vamos observar o seguinte: exceções feitas ao PT e ao PSD, todos os partidos com assento nesta Assembléia Legislativa, até o início deste ano, apoiaram o atual Governo. Apoiaram votando favoravelmente às iniciativas, às propostas, aos projetos, às políticas, às prestações de contas, a absolutamente tudo. Tudo o que aqui veio, da parte do Governo, foi apoiado pelo BRD. Obviamente, os partidos que o compõem tiveram sua contrapartida: indicaram Secretários, ocuparam cargos, receberam algumas benesses de quem faz parte do poder.

Curiosamente, quando se iniciou o glorioso ano de 1994, de dentro do BRD começaram a sair as candidaturas para disputar o governo do Estado. E saíram três: a primeira, do candidato oficial do Governo, é a matriz; em seguida, vieram as candidaturas paralelas. Uma delas, a do PMDB, vive até uma situação curiosa: o PMDB tem uma candidatura ao governo do Estado, o que é absolutamente legítimo, porque o partido, se não me engano, tem o maior número de parlamentares na Casa. Mas nós entendemos que quem lança uma candidatura ao governo, que não é a candidatura oficial, tem de fazer, no mínimo, alguma oposição ao governo. Curiosamente, o mesmo PMDB que tem candidato ao governo, apóia, como segunda opção ao Senado, o Vice-Governador do Estado. A terceira alternativa, que é a candidatura do amigo do Collor, tem como sustentação os seguintes partidos: o PP, que era o antigo PRN; o PPR, que era uma parte da extinta ARENA, que virou PDS, e o PFL, que era a outra parte da velha ARENA. Essa é a sustentação parlamentar do Sr. Hélio Costa na Assembléia. Onde esteve o PFL até agora? No bloco de sustentação do Governo Hélio Garcia.

A sociedade vai ter que entender isso um pouquinho melhor, porque, de fato, isso descaracteriza os candidatos.

Isso, de fato, contribui para a descrença nos políticos e reedita as velhas práticas segundo as quais, na hora da disputa do poder, a elite se divide, aparentemente disputa, e, acabada a eleição, recompõe-se novamente.

Quando a nossa bancada tomou posse nesta legislatura, não precisou de muita coisa. Um mês e meio depois, estava todo o mundo no "balaio", estava todo o mundo votando tudo para o Governo. Não adianta vir agora, em época de eleição, e dizer que é contra a política dos funcionários, mas tem que votar a favor; dizer que é contra a política educacional, mas vota a favor. Lembra-me bem o grande Líder Adelmo Carneiro Leão que, apesar de lá fora fazerem oposição, aqui dentro continuam votando a favor. Não mudou. A sociedade tem que saber disso.

E as duas últimas observações dizem respeito, primeiro, à questão de computação. Anote bem, Paiva. Falei que vou fazer um governo com participação popular. Tentei ser o mais claro possível no sentido de dizer que este espaço, o Legislativo, tem que ser valorizado. Não estou apresentando um projeto que contraponha esferas de decisão. Para mim, participação popular não significa negar importância ao Legislativo. Muito ao contrário. Quero deixar isso muito claro. Participação popular, no meu ponto de vista, fortalece, legítima o papel que deve ser do Legislativo. Se é isso, não tem essa de computação. Vamos fazer disputa política. O que não vai ter - e é o que existe hoje - é a discriminação: veio da Oposição, é contra; saiu da Oposição, não passa; é idéia da Oposição, é vetada. Isso não é admissível numa relação democrática. O resto vai ser feito. O Patrus está administrando Belo Horizonte, e temos seis Vereadores na Câmara. Não precisou computar ninguém. Não precisa fazer isso. Se você tem uma relação madura, séria, democrática, com respeito entre as partes, ganha todo mundo.

Queria lembrar mais uma coisa. Não vamos convencer a sociedade simplesmente dizendo que não adianta votar, porque eles são isso e aquilo. Isso tem que ser informado. O voto, como quase tudo, é exercício. Vamos ter que votar, errar um pouco, melhorar. A sociedade tem melhorado muito. Está amadurecendo. Mesmo que de uma forma um pouco desorientada, está buscando um novo caminho, uma nova possibilidade. Essa coisa de eleitor indeciso não é porque a pessoa está desinformada, não quer votar. É porque não quer errar de novo. Todo mundo que chegou ao Congresso Nacional, chegou pelo voto popular. Se é isso, as pessoas também têm que valorizar o seu voto.

**O coordenador** - Pergunta de José Carlos Mattos: "Por que a visão realista de Tarso Genro e José Genoíno em relação à receptividade do Plano Real pela sociedade foi

derrotada na discussão interna do PT acerca da estratégia eleitoral?".

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Não vou dizer que foi uma derrota.

Quanto ao diagnóstico do Plano, compartilhávamos a mesma opinião. Primeiro, baixar a inflação é interessante para a maioria da sociedade, certo? Segundo, queremos deixar muito claro que não faz parte do nosso projeto de governo, porque não somos irresponsáveis, ficar mudando de moeda a toda a hora. Moeda mudada, moeda feita. Isso está mantido. Terceiro, todos compartilhávamos dúvidas que a própria equipe econômica, cotidianamente, vem tornando públicas, sobre a possibilidade de administrar o plano. É sabido que, se você trabalhar algumas variáveis econômicas, seguramente, baixa a inflação. Na medida em que você congela salários, represa as tarifas públicas e o câmbio, seguramente, a inflação baixa. A hipótese que coloco é saber como a situação permanecerá em médio e longo prazos. Quanto a isso, também compartilharemos a opinião sobre os mesmos defeitos, que já fazem parte da história do País, a exemplo do Plano Cruzado, que permitiu, no Governo Sarney, eleger a maioria dos Governadores, fazendo excelente bancada para o PMDB, e, poucos dias depois de abertas as urnas, o plano foi por água abaixo.

Da mesma forma, Collor anunciava que iria "matar o tigre da inflação com um único tiro", e deu no que deu. Esses exemplos, aliados à fragilidade do plano, colocaram-nos numa posição que tem que ser crítica quanto ao plano. A partir daí, e tudo isso é consensual, a divergência era mais tática, relativa à abordagem do plano. Havia uma linha que Genoíno, Eduardo e Tarso defendiam, em que não tínhamos discurso tático. Tínhamos que deslocar o mote da discussão. Outros diziam que, embora, neste momento, isso se choque com a maioria das pessoas, esse debate tem que ser feito.

Considerando cada coisa a seu tempo, acredito que o debate foi feito. Hoje, não nos interessa mais ficar debatendo moedas. O que os partidos da Frente tinham a dizer sobre isso já foi dito. Vamos ter que dizer, agora, como vamos assegurar a garantia de emprego, como vamos melhorar o salário dos trabalhadores, como vamos assegurar que o investimento público não seja cortado para as áreas de saúde, educação e habitação, que foram os pilares desse plano. Esse é o desafio, essa é a proposta, e sobre isso estamos falando, neste momento.

**O coordenador** - Fernando Cabral, Secretário Municipal de Administração.

**O Sr. Fernando Cabral** - Carlão, eu queria dar um esclarecimento à companheira pensionista, mas ela já foi embora. De qualquer forma, vale informar.

A BEPREM é um órgão semelhante ao IPSEMG. Nós também encontramos a BEPREM enfiada numa caixa único, mas já saiu. A atual administração passou a respeitar e a enviar as verbas inerentes ao desconto do servidor e à própria contrapartida da Prefeitura. Acho que tivemos que fazer algumas coisas meio sofridas. Fixamos o teto máximo de salário de pensionistas em 1/4 do vencimento do Deputado Estadual, e isso nos permitiu, de uma certa maneira, racionalizar os gastos da Casa. Neste mês, ou seja, na segunda-feira, o Prefeito autoriza a fixação do menor salário em 125% do salário mínimo.

Mas o que eu quero perguntar se refere ao orçamento. A elaboração e o planejamento do orçamento envolvem uma série de vícios. Não podemos ignorar que isso acontece, seja o problema em nível municipal, estadual ou federal. O próprio Deputado, às vezes, se comporta como Vereador estadual ou, até, como Vereador federal. É pior quando ele começa a olhar apenas para sua corporação, digamos assim. Então, juntando esses índices, verifica-se que tudo isso dificulta o desencadear da liberação das verbas públicas para solução das coisas do Estado.

Como você pretende equacionar essa questão, a fim de que, realmente, as verbas públicas sejam encaminhadas para solucionar os problemas do Estado?

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Acho que a questão é recuperar o orçamento como peça de planejamento. O orçamento, hoje, é uma peça de decoração, de ficção, etc. Os títulos são vários. Podemos escolher e fazer até um sorteio, ou um concurso para isso. Tanto é assim, que o Brasil está vivendo sem orçamento. Apesar de tudo, as coisas continuam sendo tocadas. É lógico que algumas pessoas decidem. É bom lembrar que a coisa não é tão tranqüila assim. O orçamento tem algumas distorções gravíssimas. A primeira é sua característica de lei.

Na verdade, o orçamento é uma lei aprovada pelo parlamento por meio da qual autoriza-se o Poder Executivo a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa. Portanto, se é de caráter autorizativo, não haveria necessidade de se fazer orçamento. Cabe tudo dentro do orçamento, e cabe ao Poder Executivo cumprir ou não o que está nele. Como vou planejar, se as coisas acontecem dessa forma? O caráter da lei terá que ser revisto. Acredito que, num primeiro momento, não teríamos ainda condições para mudar, dando uma guinada de 180 graus, mas devemos buscar essa construção. Não seria uma lei meramente autorizativa, seria, de fato, um processo que, se foi fechado, deve ser cumprido.

Em segundo lugar, devemos capacitar o Poder Legislativo para que seu poder de emendar o orçamento seja, de fato, o exercício de emendar o orçamento, e, não, uma caricatura de emenda ao orçamento. Na Assembléia de Minas, por exemplo, o Deputado

não precisa ter a menor noção de quanto custa, de como será feito, ou de onde será tirado o dinheiro, para fazer uma emenda orçamentária. Se quero duplicar a estrada da 050, no Triângulo, coloco no orçamento que quero duplicá-la, e não há problema. A emenda é aprovada, publicada no "Minas Gerais" e incorporada ao orçamento. Se vai ser feita é outra discussão, ou seja, não há seriedade no debate. Se quisermos um Poder Legislativo que, de fato, emende, temos que ter capacitação técnica para saber quanto custa a execução das emendas e de onde vamos tirar os recursos. Como já recusei, de plano, qualquer relação fisiológica, vamos ter que fazer negociações. Se vou fazer certa obra ou aprofundar um determinado serviço, significa que vou tirar os recursos de certo lugar. Temos de ter noção de quanto custa isso e saber quando vou fazer o corte, quem pagará o prejuízo. Hoje isso não existe, e deveria existir.

Em terceiro lugar, vamos tratar do orçamento participativo, que não diminui nem minimiza o papel do Poder Legislativo. Ao contrário, valoriza-o. Como? A experiência da Assembléia de Minas tem vários pontos positivos, mas tem várias limitações. Faz-se audiência pública, mas o Poder Executivo não tem participado. Pelo nosso plano, o Poder Executivo estará, também, presente às audiências públicas. As pessoas que participam das audiências públicas não têm informação sobre o volume de recursos disponíveis para investir. Logo, cada um chuta o que vem na telha, sem responsabilidade. Deve ser assegurada a informação a respeito dos recursos. Aprovadas as prioridades, devem ser garantidas as realizações. Às vezes, não dá para fazer tudo no mesmo ano - e isso tem acontecido em nossas Prefeituras - devido à burocracia, ou seja, licita-se o projeto, depois licita-se a obra, e isso tem emperrado as obras.

Mas temos que iniciar uma nova trilha. Orçamento tem de ser uma lei para valer. Não vai dar para fazer isso no primeiro, no segundo ou no terceiro ano de governo, mas temos que iniciar esse processo. Se não fizermos isso agora, em breve, nem competência o Poder Legislativo terá para fazer o orçamento. Mandariam meia dúzia de técnicos, e eles fariam o que bem entendessem. Aí, estaria aberto o espaço para a corrupção, para o subfaturamento, para o desperdício e para a descontinuidade administrativa.

**O coordenador** - Esta pergunta é do Sr. Jair Abreu, de Muriaé.

**O Sr. Jair Abreu** - Boa tarde, Carlão. Em primeiro lugar, como trabalhador na área da Educação, gostaria de formular ao ilustre Deputado a seguinte pergunta: devido à situação caótica em que nos encontramos, o tratamento dispensado aos servidores públicos estaduais, nos últimos governos, tem mostrado uma visão distorcida do papel desta categoria na vida de Minas. Na verdade, as propostas para o funcionalismo público e os trabalhadores do Estado só se encontram como propostas nas campanhas eleitorais, sempre se tornam prioridades e nunca, na verdade, são cumpridas. Gostaríamos de saber de você, Carlão, quais são as suas diretrizes para a problemática do funcionalismo e da função pública, para que, realmente, tenhamos mais dignidade, condições melhores de vida e a sociedade seja mais bem servida e atendida. Quero indagar, também, como representante de pequenos proprietários rurais, meeiros, parceiros da nossa região da Zona da Mata e, até mesmo, dos trabalhadores rurais que estão lá organizados em seus sindicatos, no seu plano de governo, quais são as prioridades para a política agrícola, para que, realmente, tenhamos o homem do campo satisfeito na sua terra, mantendo-se nela, e que, com essas políticas, como aqui, em Belo Horizonte, nós temos o Sistema Abastecer, que já minimiza e ajuda os trabalhadores e os pequenos produtores, tirando dos atravessadores, gostaria de saber o que você tem a propor para essa categoria tão sofrida. Quais as suas prioridades de governo?

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Com relação aos dois temas, eu me sinto muito à vontade para falar sobre eles. Há dois dias, estive no sítio da FETAEMG discutindo com inúmeras entidades que voltam seu trabalho, suas reflexões e sua direção para a pequena produção e os mecanismos alternativos para a produção no campo em Minas Gerais. Lá me fizeram a entrega de um documento que sintetiza, hoje, toda uma história, um esforço de reflexão e de elevação desse setor ao longo dos últimos anos. Foi gratificante receber esse documento, na medida em que eu me sentia parte dele, na medida em que eu me sentia como uma das pessoas que ajudaram a construir aquela proposta.

Se há uma coisa que irrita muito numa eleição é a facilidade com que propostas, programas e projetos aparecem. De uma hora para outra, de um momento para outro, todo o mundo começa a ficar extremamente preocupado com todas as mazelas e necessidades da maioria da sociedade. Mais irritante ainda é saber que as forças, os setores, os partidos e os candidatos que estiveram no poder até agora - alguns deles não foram capazes de fazer um pouquinho daquilo que anunciaram que iriam fazer - estão novamente prometendo.

No que diz respeito ao projeto de política agrícola, que já abordei e cujas propostas relacionei, rapidamente, posso retomá-lo com muita tranqüilidade. Quanto à questão do serviço público no geral e, mais particularmente, com relação à educação,

o projeto que estamos apresentando e defendendo e que vem para o debate, neste momento, tem raízes muito profundas e muito fortemente vinculadas às histórias de luta desse movimento. Não é uma proposta dos técnicos do PT ou da Frente. Não é uma proposta de meia dúzia de iluminados. É um projeto que reflete um acúmulo de um setor da sociedade que vem lutando e enfrentando dificuldades, mas que, na luta e na dificuldade, vem construindo algumas alternativas.

Quando me referi, anteriormente, ao setor público, mencionei dois pilares: tem-se que profissionalizar, romper uma situação em que o Estado vem sendo usado, de uma forma privada, pelas forças políticas que, eventualmente, ocupam o poder. Isso tem que ter um ponto final. Chegaram até a se irritar alguns colegas nossos quando alguém disse: "Agora chegou a nossa vez". Se nós, no governo - isso vale para o Estado e para o plano federal também - não formos capazes de colocar em prática, de começar a mostrar que é absolutamente viável e necessário realizar aquilo que estamos anunciando hoje, vamos acabar com o projeto político, porque o nosso projeto político se alimenta da conscientização das pessoas. Esse nosso projeto se alimenta da possibilidade de as pessoas se sentirem incorporadas à sua construção; ele se alimenta da coerência entre aquilo que anuncia e aquilo que realiza. Se nós não formos capazes de fazer isso, vamos acabar com o processo político. Isso tem que ficar muito claro neste momento.

É muito simples, neste período, anunciar tudo, porque, depois, eles têm outros métodos. Vai permanecer o aliciamento, a falta de opção de investir em educação - sabemos muito bem que a maioria é desinformada e, não tendo acesso à educação, é mais facilmente manipulada; vão permanecer os mecanismos distorcidos de assistência social a que o nosso povo bom é muito grato. Então, se ele recebe a cesta básica, o tijolo, sente-se quase que estrangido a retribuir isso com o voto. Esses são os mecanismos deles, mas não são os nossos, essa não é a nossa prática.

O que quero destacar, mais do que entrar numa repetição de conteúdo de proposta temática, é o seguinte: nós criamos o governo de Minas, nós conquistamos o governo de Minas. Quando falo nós não é como plural majestático, falo nós na dimensão do coletivo que se envolve, hoje, nesta campanha. E, se não formos capazes e não estivermos à altura de colocar em prática o que estamos afirmando, estamos, na verdade, nos suicidando como proposta. Esta proposta não é de agora, não pode remontar apenas à idade que o PT tem. É uma proposta que significa um investimento de toda uma geração que apostou em um caminho novo de fazer política, que apostou e investiu suas melhores energias na possibilidade de ter relações novas. É verdade que tem conseguido, a duras penas, dizer que política pode ser escrita com "p" maiúsculo.

Para ilustrar, posso dizer o que aconteceu comigo quando estava em uma cidade do interior do Estado, e um companheiro me procurou, dizendo que iria fazer campanha para mim, mas logo fez a seguinte observação: "Você sabe, não é, Carlão, como é que é o eleitor. Tem que pagar uma cervejinha aqui...". Eu disse a ele que, se quisesse fazer campanha, seria muito bem-vindo, mas que uma das coisas que me dá mais satisfação é saber que cheguei a esta Assembléia sem pagar uma única cerveja para ninguém. Isso gratifica muito a mim e a todo o mundo que está conosco neste processo hoje. É em nome disso que posso dizer com certeza - pode ser que nós não consigamos resolver todos os problemas, acredito até que não tenhamos a responsabilidade de resolvê-los todos - que temos a capacidade e o dever de mostrar que as coisas mudaram, que podem ser diferentes e, mais do que tudo isso, a capacidade e o dever de mostrar, acima de tudo, que o Estado, o governo tem que estar voltado para o interesse da maioria da sociedade, e, não, de um pequeno número de privilegiados. Se nós fizermos isso, não estaremos apenas disputando uma eleição, estaremos disputando uma histórica mudança de projeto, não para uma eleição, mas para duas, para três, que vamos ter que legitimar a cada dia, com cada gesto, cada ação, com cada compromisso reafirmado. Acho que é isso.

**O coordenador** - Esta coordenação informa ao Plenário que o candidato terá que se retirar. Por este motivo, as perguntas que não foram feitas serão encaminhadas à assessoria do Deputado.

Esta coordenação dá por encerrado o debate e passa a palavra à Presidência.

Palavras do Sr. Presidente

Esta Presidência manifesta seus agradecimentos ao jornalista Roberto Melo; ao candidato a Vice-Governador, Deputado Raul Messias; à companheira Jô Moraes, candidata ao Senado da República; ao meu caro amigo e companheiro Deputado Antônio Carlos Pereira, candidato ao governo de Minas, a quem quero desejar sucesso nesta empreitada, neste trabalho, nesta missão e que o nosso Deus o ampare todos os dias, na sua caminhada. Quero, também, agradecer às autoridades presentes, aos companheiros e às companheiras e desejar a cada um sucesso no trabalho.

---



**ATA DA 300ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA, EM 30 DE AGOSTO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

**SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.292; discurso do Deputado Jorge Hannas; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 36; manutenção - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.108/94; aprovação - Palavras do Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.605/93; apresentação da Emenda nº 6; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 5; aprovação; leitura e votação da Emenda nº 6; aprovação; declarada a prejudicialidade da Emenda nº 1 - **2ª Fase:** Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e votação de pareceres de redação final: Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94; aprovação - **ENCERRAMENTO.**

**ABERTURA**

- Às 20h14min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - José Militão - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Sebastião Helvécio - Amílcar Padovani - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Célio de Oliveira - Cléuber Carneiro - Cossimo Freitas - Eduardo Brás - Elisa Alves - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Jaime Martins - João Batista - João Marques - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Raul Messias - Reinaldo Lima - Roberto Luiz Soares - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Wanderley Ávila - Wellington de Castro - Wilson Pires.

**O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz)** - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE**

**Ata**

- **O Deputado Wellington de Castro**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**2ª PARTE (ORDEM DO DIA)**

**1ª Fase**

**O Sr. Presidente** - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.292, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Pecuária de Leite e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação, por escrutínio secreto. Para encaminhar a votação, com a palavra, o ilustre Deputado Jorge Hannas.

**O Deputado Jorge Hannas** - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho à tribuna para informar à Casa, profundamente consternado, o falecimento de Otelino Sol. Ele foi Deputado por várias legislaturas, honrando com sua presença e a força de sua inteligência este Poder, que soube tão bem representar e respeitar. Depois, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pôde desenvolver trabalho profícuo, sempre defendendo os interesses maiores do povo mineiro. À família enlutada, o nosso profundo sentimento de pesar. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - A Presidência vai submeter à votação, por escrutínio secreto, a matéria. Para tanto, convida os Deputados Homero Duarte e José Leandro para servirem como escrutinadores. Antes, lembro ao Plenário que os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitar o veto deverão votar "não". Resumindo: "sim" mantém o veto; "não" rejeita o veto. (- Pausa.) Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada para votação secreta.

**O Sr. Secretário (Deputado José Bonifácio)** - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados: José Ferraz - Elmiro Nascimento - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Sebastião Helvécio - Amílcar Padovani - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Álvaro Antônio - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Cléuber Carneiro - Elisa Alves - Ermano Batista - Geraldo Rezende - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - Kemil Kumaira - Maria José Haueisen - Mauri Torres - Reinaldo Lima - Roberto

Luiz Soares - Wellington de Castro.

**O Sr. Presidente** - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Os escrutinadores procedem à conferência das sobrecartas.

**O Sr. Presidente** - Votaram 32 Deputados; foram encontradas na urna 32 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Os escrutinadores procedem à apuração dos votos.

**O Sr. Presidente** - Votaram "sim" 30 Deputados; votaram "não" 2 Deputados. Foi computada a presença de 8 Deputados nas Comissões. Fica, portanto, mantido o Veto Total à Proposição de Lei nº 12.292. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 36, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Solicito ao Deputado Mauro Lobo que proceda à chamada dos Deputados para prosseguirmos o processo de votação.

**O Sr. Secretário** - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados: José Ferraz - Elmiro Nascimento - José Militão - Elmo Braz - Sebastião Helvécio - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Álvaro Antônio - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro - Elisa Alves - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - João Marques - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Raul Messias - Reinaldo Lima - Roberto Luiz Soares - Wellington de Castro - Wilson Pires.

**O Sr. Presidente** - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Os escrutinadores procedem à conferência das sobrecartas.

**O Sr. Presidente** - Votaram 39 Deputados. Foram encontradas na urna 39 sobrecartas. Os números conferem. Votaram "sim" 36 Deputados; votaram "não" 3 Deputados. Portanto, está mantido o veto. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94, do Deputado Elmo Braz, que acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição do Estado. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a proposta, salvo emenda. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Solicito ao ilustre Deputado Mauro Lobo que proceda à chamada dos Deputados.

**O Sr. Secretário** - (- Faz a chamada.)

- Respondem "sim" à chamada de votação nominal os seguintes Deputados: Elmiro Nascimento - José Militão - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Sebastião Helvécio - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro - Cássimo Freitas - Elisa Alves - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Jaime Martins - João Batista - João Marques - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Raul Messias - Reinaldo Lima - Roberto Luiz Soares - Sebastião Costa - Wellington de Castro.

**O Sr. Presidente** - Responderam "sim" 48 Deputados; nenhum Deputado respondeu "não". Está aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94, salvo emenda.

Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que desejarem aprová-la deverão votar "sim"; os que desejarem rejeitá-la deverão responder "não". Com a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada para votação da emenda.

**O Sr. Secretário** - (- Faz a chamada.)

- Respondem "sim" à chamada de votação nominal os seguintes Deputados:

Elmiro Nascimento - José Militão - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Sebastião Helvécio - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro - Cássimo Freitas - Elisa Alves - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Jaime Martins - João Batista - João Marques - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Raul Messias - Reinaldo Lima - Roberto Luiz Soares - Sebastião Costa - Wanderley Ávila - Wellington de Castro - Wilson Pires.

**O Sr. Presidente** - Votaram "sim" 49 Deputados; nenhum Deputado votou "não". Portanto, está aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94 com a Emenda nº

1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.108/94, do Governador do Estado, que fixa a tabela de vencimento de cargo de classes de Professor do Quadro de Magistério, a que se refere a Lei nº 7.109, de 13/10/77. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência faz retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei nº 2.161/94, uma vez que este não se encontra em condições de ser apreciado.

**O Sr. Presidente** - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.605/93, da Comissão de Defesa do Consumidor, que dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 977, de 17/9/77, e dá outras providências. A Comissão de Defesa Social opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

#### **EMENDA Nº 6 AO PROJETO DE LEI Nº 1.605/93**

Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 2º, renumerando-se os demais.

"Art. 2º - .....

§ 2º - Fica assegurado o direito de votar e ser votado aos ex-pensionistas e aos servidores civis que voluntariamente recolheram contribuições de natureza previdenciária aos cofres da entidade, por período superior a 1 (um) ano."

Sala das Reuniões, de agosto de 1994.

Agostinho Patrus

Justificação: A emenda ora apresentada visa apenas a corrigir imperfeição técnica no texto do parecer aprovado no âmbito da Comissão de Defesa Social, quando da apreciação da matéria para o 2º turno. O real propósito da Emenda nº 1, apresentada naquela oportunidade, consiste em possibilitar aos ex-pensionistas, bem como aos contribuintes que visavam assegurar uma pensão aos seus familiares, o direito a voto quando da eleição da diretoria.

**O Sr. Presidente** - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão foi apresentada a Emenda nº 6, de autoria do Deputado Agostinho Patrus. Nos termos do § 4º do art. 196 do Regimento Interno, a Presidência vai submeter a votação a emenda, sem parecer. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 5. Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. (- Pausa.) Aprovadas. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 6.

**O Sr. Secretário** - (- Lê a Emenda nº 6.)

**O Sr. Presidente** - Em votação, a Emenda nº 6. Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (- Pausa.) Aprovada. Em virtude dessa aprovação, declaro prejudicada a Emenda nº 1. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.605/93, com as Emendas nºs 2 a 6, prejudicada a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

#### **2ª Fase**

**O Sr. Presidente** - Esgotada a matéria destinada à 1ª fase, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Suspensão da Reunião

**O Sr. Presidente** - A Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para aguardar os pareceres de redação final. Está suspensa a reunião.

Reabertura da Reunião

**O Sr. Presidente** - Esta reaberta a reunião.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

**O Sr. Presidente** - Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94, do Deputado Elmo Braz, que acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 31, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária, às 14 horas, na mesma data, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

**LEGISLATIVA, EM 31 DE AGOSTO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

**SUMÁRIO: ABERTURA** - Questão de ordem; chamada de verificação de "quorum"; existência de número regimental - **1ª PARTE: Ata** - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA):** Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.299; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.301; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.306; encerramento da discussão - Suspensão e reabertura da reunião - Chamada de recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para continuação dos trabalhos - **ENCERRAMENTO.**

**ABERTURA**

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Sebastião Helvécio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Antônio Fuzatto - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Cléuber Carneiro - Eduardo Brás - Elisa Alves - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Ivo José - João Batista - João Marques - Jorge Hannas - José Braga - José Laviola - José Leandro - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria Elvira - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Raul Messias - Roberto Luiz Soares - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wellington de Castro - Wilson Pires.

**O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz)** - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Questão de Ordem

**O Deputado Raul Messias** - Sr. Presidente, tenho duas questões de ordem. Em primeiro lugar, são 9h16min. Logo, já se esgotou o prazo para abertura da reunião. Em segundo lugar, é visível a falta de "quorum" em Plenário. Solicito a V. Exa. que não abra a reunião, por falta de "quorum".

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência vai determinar a chamada dos Deputados para recomposição de "quorum". Solicito ao Deputado Baldonado Napoleão que proceda à chamada dos Deputados.

**O Sr. Secretário** - (- Faz a chamada.)

**O Sr. Presidente** - Responderam à chamada 30 Deputados. Portanto, há "quorum" para darmos prosseguimento à reunião. Solicito ao Deputado Baldonado Napoleão que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE**

**Ata**

- **O Deputado Baldonado Napoleão**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**2ª PARTE (ORDEM DO DIA)**

**O Sr. Presidente** - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

- A seguir, têm sua discussão encerrada, em turno único, nos termos regimentais, os seguintes vetos: Veto Total à Proposição de Lei nº 12.299, que cria assessorias de comunicação social na estrutura das secretarias de Estado e da PMMG e no Gabinete do Vice-Governador do Estado e dá outras providências; Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.301, que reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências; e Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.306, que dispõe sobre a UEMG e dá outras providências.

Suspensão da Reunião

**O Sr. Presidente** - A Presidência vai suspender a reunião por 20 minutos, até que a matéria constante na pauta esteja em condições de ser votada. Está suspensa a reunião.

Reabertura da Reunião

**O Sr. Presidente** - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência determina ao Secretário Sebastião Helvécio que proceda à chamada para recomposição do número regimental, tendo em vista que a matéria da pauta exige "quorum" qualificado.

**O Sr. Secretário** - (- Faz a chamada.)

**O Sr. Presidente** - Responderam à chamada 19 Deputados.

**ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - A Presidência, verificando a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos, encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

---

---

**ORDENS DO DIA**

---

**ORDEM DO DIA DA 579ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 6/9/94**

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.299, que cria assessoria de comunicação social na estrutura das secretarias de Estado e da Polícia Militar do Estado e no gabinete do Vice-Governador do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.301, que reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 1º e 2º do art. 31 e pela rejeição do veto ao § 1º do art. 13.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.306, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.334, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura de climas temperado e tropical e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.335, que obriga o Poder Executivo a oferecer tratamentos oftalmológico e otorrinolaringológico gratuito aos alunos carentes das escolas públicas estaduais nos casos que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.336, que estabelece condições para a concessão de licença ambiental para realização de obras de barramento em rios navegáveis. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.340, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal das reclamações contra os fornecedores de produtos e serviços definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 8.078, de 11/9/90. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.161/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário nos casos que especifica e dá outras providências.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.108/94, do Governador do Estado, que fixa a tabela de vencimento de cargo de classes de Professor do Quadro de Magistério, a que se refere a Lei nº 7.109, de 13/10/77. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

---

---

**ORDEM DO DIA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/9/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.974/94, do Deputado Tarcísio Henriques. Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.127/94, do Deputado Baldonado Napoleão; 2.140/94, do Deputado Bernardo Rubinger; 2.114/94, do Deputado Célio de Oliveira; 1.826, 1.828 e 1.831/93, do Deputado Geraldo Rezende; 2.113/94, do Deputado José Bonifácio; 710/92, do Deputado José Braga; 2.038/94, do Deputado José Militão; 2.143/94, do Deputado Romeu Queiroz; 2.116/94, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 2.139/94, do Deputado Sebastião Helvécio.

---

---

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

---

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 horas e as 20 horas do dia 6/9/94, destinadas à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 12.299, que cria a assessoria de comunicação social na estrutura das secretarias de Estado e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e no gabinete do Vice-Governador do Estado e dá outras providências; 12.301, que reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências; 12.306, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 12.334, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura de Climas Temperado e Tropical e dá outras providências; 12.335, que obriga o Poder Executivo a oferecer tratamentos oftalmológico e otorrinolaringológico gratuitos aos alunos carentes das escolas públicas estaduais nos casos que especifica; 12.336, que estabelece condições para a concessão de licença ambiental para realização de obras de barramento em rios navegáveis, e 12.340, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal das reclamações contra os fornecedores de produtos e serviços definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 8.078, de 11/9/90, e dos Projetos de Lei nºs 2.108/94, do Governador do Estado, que fixa a tabela de vencimento de cargo de classes de professor do Quadro de Magistério, a que se refere a Lei nº 7.109, de 13/10/77, e 2.161/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a sustação de crédito tributário nos casos que especifica e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de setembro de 1994.

José Ferraz, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº  
12.337

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Bernardo Rubinger, Cléuber Carneiro e João Marques, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 6, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 1994.

Ermano Batista, Presidente "ad hoc".

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº  
12.352

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Ajalmar Silva, Péricles Ferreira e Sebastião Costa, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 6, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 1994.

Geraldo Rezende, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº  
12.348

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Renato, Dílzon Melo, José Leandro e Aílton Vilela, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no

próximo dia 6, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator da matéria e de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 1994.

Ambrósio Pinto, Presidente "ad hoc".

---

---

## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA**

Na data de 25/8/94, o Sr. Presidente, nos termos do art. 62 da Resolução nº 800, de 5/1/67, c/c a Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura aprovada pela Deliberação da Mesa nº 980, de 1993, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 31/8/94, Pedro Otacílio Loures Martins do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, com exercício no gabinete do Deputado Ermano Batista;

nomeando Maria Helena Loures Martins para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Ermano Batista.

### **AVISOS DE LICITAÇÃO**

#### **Convites**

Conhecidas as propostas e realizado o julgamento, foram consideradas vencedoras as firmas:

#### **Convite nº 211/94**

Em 22/8/94 - Indústria e Comércio Inestan Ltda., Alberflex Indústria e Comércio de Móveis Ltda., Impellizieri Indústria e Comércio de Móveis Ltda. - Aquisição de mesas, cadeiras, armários e sofás - R\$5.565,07.

#### **Convite nº 215/94**

Em 29/8/94 - Dental Capital Ltda. - Aquisição de diversos materiais odontológicos - R\$386,95.

### **EXTRATOS DE CONVÊNIO**

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJOS OBJETOS SÃO A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E O AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00834 - VALOR: R\$7.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS - PASSOS.

DEPUTADO: CÓSSIMO FREITAS.

CONVÊNIO Nº 00835 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS - PASSOS.

DEPUTADO: CÓSSIMO FREITAS.

CONVÊNIO Nº 01336 - VALOR: R\$3.500,00.

ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. REBENTÃO - MONTE AZUL.

DEPUTADO: CLÉUBER CARNEIRO.

CONVÊNIO Nº 01337 - VALOR: R\$500,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA - LEANDRO FERREIRA.

DEPUTADO: MARIA ELVIRA.

CONVÊNIO Nº 01339 - VALOR: R\$4.000,00.

ENTIDADE: CLUBE PESCA BARRA URUCÚIA - SÃO FRANCISCO.

DEPUTADO: GERALDO REZENDE.

CONVÊNIO Nº 01340 - VALOR: R\$ 2.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO CONGADO NOSSA SENHORA ROSÁRIO SÃO BENEDITO - NOVA RESENDE.

DEPUTADO: CÓSSIMO FREITAS.

CONVÊNIO Nº 01341 - VALOR: R\$ 3.000,00.

ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. MARRUAZ - TAIÓBEIRAS.

DEPUTADO: ROBERTO CARVALHO.

CONVÊNIO Nº 01342 - VALOR: R\$730,00.

ENTIDADE: BELA VISTA FUTEBOL CLUBE - CURVELO.

DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.

CONVÊNIO Nº 01343 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. SÃO JOSÉ BURITI - SÃO JOSÉ DO BURITI.  
DEPUTADO: EDWARD ABREU.  
CONVÊNIO N° 01344 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: CAMPO BELO ATLÉTICO CLUBE - SABARÁ.  
DEPUTADO: EDWARD ABREU.  
CONVÊNIO N° 01345 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: CONSELHO PARTICULAR CONFERÊNCIAS VICENTINAS ALPINÓPOLIS - ALPINÓPOLIS.  
DEPUTADO: CÓSSIMO FREITAS.  
CONVÊNIO N° 01346 - VALOR: R\$1.580,00.  
ENTIDADE: MOVIMENTO RECUPERAÇÃO VIDAS BOM SAMARITANO - TEÓFILO OTÔNIO.  
DEPUTADO: WILSON PIRES.  
CONVÊNIO N° 01347 - VALOR: R\$6.000,00.  
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. RIO PEIXE - CAMBUÍ.  
DEPUTADO: MÍLTON SALLES.  
CONVÊNIO N° 01348 - VALOR: R\$4.000,00.  
ENTIDADE: SERVIÇO EVANGÉLICO REABILITAÇÃO - UBERLÂNDIA.  
DEPUTADO: GERALDO REZENDE.  
CONVÊNIO N° 01349 - VALOR: R\$4.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PARAPLÉGICOS UBERLÂNDIA - UBERLÂNDIA.  
DEPUTADO: GERALDO REZENDE.  
CONVÊNIO N° 01350 - VALOR: R\$13.500,00.  
ENTIDADE: FERROVIÁRIO ATLÉTICO CLUBE - DIVINÓPOLIS.  
DEPUTADO: GERALDO DA COSTA PEREIRA.  
CONVÊNIO N° 01355 - VALOR: R\$3.000,00.  
ENTIDADE: SERVIÇO ASSISTÊNCIA SOCIAL PAROQUIAL VÁRZEA DA PALMA - VÁRZEA DA PALMA.  
DEPUTADO: WANDERLEY ÁVILA.  
CONVÊNIO N° 01356 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. SOPA - DIAMANTINA.  
DEPUTADO: WANDERLEY ÁVILA.  
CONVÊNIO N° 01357 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: UNIÃO COMUN. BAIRRO PEDRA GRANDE - DIAMANTINA.  
DEPUTADO: WANDERLEY ÁVILA.  
CONVÊNIO N° 01358 - VALOR: R\$7.273,00.  
ENTIDADE: SERPAF - SERVIÇOS PROMOÇÃO MENOR INFÂNCIA - SETE LAGOAS.  
DEPUTADO: ANTÔNIO PINHEIRO.  
CONVÊNIO N°: 01359 - VALOR: R\$2.500,00.  
ENTIDADE: BELA VISTA FUTEBOL CLUBE CLÁUDIO - CLÁUDIO.  
DEPUTADO: MÍLTON SALLES.  
CONVÊNIO N°: 01360 - VALOR: R\$730,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. VARGEM AMARGOSO - RESSAQUINHA.  
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.  
CONVÊNIO N° 01361 - VALOR: R\$500,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PARENTES AMIGOS DEPENDENTES QUÍMICOS BARBACENA - BARBACENA.  
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.  
CONVÊNIO N° 01362 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: IRMANDADE CONGADO NOSSA SENHORA LOURDES - FORMIGA.  
DEPUTADO: EDUARDO BRÁS.  
CONVÊNIO N° 01363 - VALOR: R\$7.050,00.  
ENTIDADE: ESPORTE CLUBE BEIRA RIO - FORMIGA.  
DEPUTADO: EDUARDO BRÁS.  
CONVÊNIO N° 01364 - VALOR: R\$5.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MORADORES BAIRRO CIDADE NOVA - FORMIGA.  
DEPUTADO: EDUARDO BRÁS.  
CONVÊNIO N° 01365 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: CONSELHO MUNICIPAL DESENV. COROACI - COROACI.  
DEPUTADO: BONIFÁCIO MOURÃO.  
CONVÊNIO N° 01367 - VALOR: R\$ 3.000,00.  
ENTIDADE: GRANDE CORRIDA INDEPENDÊNCIA - CAMPANHA.  
DEPUTADO: AÍLTON VILELA.  
CONVÊNIO N° 01368 - VALOR: R\$3.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO APOIO COMUN. BAIRRO CANADÁ - CAMPANHA.  
DEPUTADO: AÍLTON VILELA.  
CONVÊNIO N° 01369 - VALOR: R\$1.500,00.  
ENTIDADE: SERVIÇO SOCIAL PARÓQUIA NOSSA SENHORA CARMO - PRATA.  
DEPUTADO: AJALMAR SILVA.  
CONVÊNIO N° 01370 - VALOR: R\$ 1.000,00.  
ENTIDADE: GRUPO ESPÍRITA CORAÇÕES UNIDOS - PRATA.  
DEPUTADO: AJALMAR SILVA.  
CONVÊNIO N° 01371 - VALOR: R\$800,00.



ENTIDADE: CRECHE DALELA TANNUS - PRATA.  
DEPUTADO: AJALMAR SILVA.  
CONVÊNIO N° 01372 - VALOR: R\$800,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS PRATA - PRATA.  
DEPUTADO: AJALMAR SILVA.  
CONVÊNIO N° 01373 - VALOR: R\$800,00.  
ENTIDADE: SOCIEDADE SÃO VICENTE PAULO CONSELHO PARTICULAR N. SRA.CARMO - PRATA.  
DEPUTADO: AJALMAR SILVA.  
CONVÊNIO N° 01374 - VALOR: R\$800,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. BAIROS VILA VICENTINA JOÃO AGUIAR - SÃO FRANCISCO.  
DEPUTADO: JOSÉ BRAGA.  
CONVÊNIO N° 01375 - VALOR: R\$8.000,00.  
ENTIDADE: CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE - TRÊS MARIAS.  
DEPUTADO: AGOSTINHO PATRUS.  
CONVÊNIO N° 01376 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MARISTELA - ÁGUAS VERMELHAS.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01377 - VALOR: R\$600,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. ROÇA MATO ASSISTÊNCIA IDOSOS - MEDINA.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01378 - VALOR: R\$600,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. GEN. DUTRA ASSIST. IDOSOS MENORES CARENTES - MEDINA.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01379 - VALOR: R\$800,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. POVOADO ROCHEDO NOVO - MEDINA.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01380 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ASSISTÊNCIA SOCIAL- RUBELITA.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01381 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAIACA - ACAIACA.  
DEPUTADO: JOSÉ RENATO.  
CONVÊNIO N° 01382 - VALOR: R\$11.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA ASSISTÊNCIA SOCIAL CAIANA - CAIANA.  
DEPUTADO: AGOSTINHO PATRUS.  
CONVÊNIO N° 01383 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. RURAL SERRA NOVA - RIO PARDO DE MINAS.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01384 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: SERRARIA FUTEBOL COMPETIÇÃO - SALINAS.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01385 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. RURAL SÃO MIGUEL MORRINHOS - SALINAS.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01386 - VALOR: R\$500,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MORADORES TRABALHAD. P/R/D/FERREIRÓPOLIS - SALINAS.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01387 - VALOR: R\$ 500,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. POVOADO CANTINHO CÓRREGO PORTEIRAS - SALINAS.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01388 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. RURAL LARGUINHA - SALINAS.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01389 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: CONFERÊNCIA SÃO VICENTE PAULO SALINAS - SALINAS.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01390 - VALOR: R\$500,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. BAIRRO BELA VISTA LEANDRO FERREIRA - LEANDRO FERREIRA.  
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.  
CONVÊNIO N° 01391 - VALOR: R\$500,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MORADORES VILA PAZ - CONTAGEM.  
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.  
CONVÊNIO N° 01392 - VALOR: R\$ 500,00.  
ENTIDADE: CONSELHO COMUN. AÇÃO SOCIAL ITUTINGA - ITUTINGA.  
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.  
CONVÊNIO N° 01393 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. DESENV. RURAL AMENDOIM - COUTO DE MAGALHAES DE MINAS.  
DEPUTADO: JOSÉ BRAGA.  
CONVÊNIO N° 01394 - VALOR: R\$1.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. DESENV. RURAL BOM JESUS TIJUCUSSU - COUTO DE MAGALHÃES  
MINAS.  
DEPUTADO: JOSÉ BRAGA.  
CONVÊNIO N° 01395 - VALOR: R\$1.500,00.  
ENTIDADE: GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL DESPORTIVO UNICAMPO - JEQUITINHONHA.  
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.  
CONVÊNIO N° 01396 - VALOR: R\$500,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO BOAS NOVAS - IGARAPÉ.  
DEPUTADO: JOSÉ RENATO.  
CONVÊNIO N°: 01397 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. DISTRITO MAJOR EZEQUIEL - ALVINÓPOLIS.  
DEPUTADO: JOSÉ RENATO.  
CONVÊNIO N° 01398 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. BARRO BRANCO LAGE - BARRA LONGA.  
DEPUTADO: JOSÉ RENATO.  
CONVÊNIO N° 01399 - VALOR: R\$2.100,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MORADORES BAIROS VILA LEOPOLDINA LAJINHA - FORMIGA.  
DEPUTADO: EDUARDO BRÁS.  
CONVÊNIO N°: 01400 - VALOR: R\$ 750,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MORADORES BAIROS DICO LEITE GENSERICO - CATAGUASES.  
DEPUTADO: TARCÍSIO HENRIQUES.  
CONVÊNIO N°: 01402 - VALOR: R\$22.870,00.  
ENTIDADE: GRUPO ESPÍRITA LEGIONÁRIOS MARIA - PATOS DE MINAS.  
DEPUTADO: HELY TARQUÍNIO.  
CONVÊNIO N°: 01404 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MORADORES COMUNIDADE CACHOEIRA TEOBALDO - BURITIZEIRO.  
DEPUTADO: CLÉUBER CARNEIRO.  
CONVÊNIO N° 01405 - VALOR: R\$8.000,00.  
ENTIDADE: CLUBE PRAÇA ESPORTE PARÁ - PARÁ DE MINAS.  
DEPUTADO: JAIME MARTINS.  
CONVÊNIO N°: 01407 - VALOR: R\$ 2.000,00.  
ENTIDADE: BEM ESTAR MENOR - SABINÓPOLIS.  
DEPUTADO: BONIFÁCIO MOURÃO.  
CONVÊNIO N°: 01408 - VALOR: R\$500,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS - BELO HORIZONTE - BELO HORIZONTE.  
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.  
CONVÊNIO N°: 01409 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTO ANTÔNIO - JABOTICATUBAS.  
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.  
CONVÊNIO N°: 01410 - VALOR: R\$ 1.000,00.  
ENTIDADE: CLUBE RECREATIVO VARGINHA - FORMIGA.  
DEPUTADO: EDUARDO BRÁS.  
CONVÊNIO N° 01413 - VALOR: R\$20.000,00.  
ENTIDADE: CLUBE ATLÉTICO POMPEANO - POMPÉU.  
DEPUTADO: MARCELO CECÉ.  
CONVÊNIO N° 01414 - VALOR: R\$730,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MORADORES BAIRRO PASSAGINHA - CURVELO.  
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.  
CONVÊNIO N° 01415 - VALOR: R\$730,00.  
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MORADORES BAIRRO PONTE NOVA - CURVELO.  
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.  
CONVÊNIO N° 01416 - VALOR: R\$700,00.  
ENTIDADE: INSPETORIA MADRE MAZZARELLO - BARBACENA  
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.  
CONVÊNIO N° 01417 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: CONSELHO PARTICULAR SSVP - LAGOA FORMOSA - LAGOA FORMOSA.  
DEPUTADO: ELMIRO NASCIMENTO.  
CONVÊNIO N° 01418 - VALOR: R\$2.000,00.  
ENTIDADE: SOCIEDADE SÃO VICENTE PAULO - SÃO JOÃO BATISTA GLÓRIA - SÃO JOÃO BATISTA  
GLÓRIA.  
DEPUTADO: CÓSSIMO FREITAS.  
CONVÊNIO N° 01419 - VALOR: R\$1.000,00.  
ENTIDADE: CLUBE MÃES DONA ROSALINA JOSÉ MOURA - MORADA NOVA MINAS.  
DEPUTADO: EDWARD ABREU.  
CONVÊNIO N°: 01420 - VALOR: R\$500,00.  
ENTIDADE: CRECHE DONA QUITA TOLENTINO - BELO HORIZONTE.  
DEPUTADO: RONALDO VASCONCELLOS.

---

---

**ERRATA**

---

**PROJETO DE LEI N° 2.162/94**

Na publicação do projeto em epígrafe, verificada na edição de 1º/9/94, pág. 20, cols. 2 e 3, no Anexo I, letra "b", onde se lê:

"Datilógrafo manógrafo", leia-se:

"Datilógrafo mecanógrafo".

---

---